

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ELISANDRA DO CARMO NASCIMENTO

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO COMO TEMA GERADOR NA EDUCAÇÃO DO
CAMPO: UMA EXPERIÊNCIA NO COLÉGIO ESTADUAL DO CAMPO ILHA RASA,
LITORAL DO PARANÁ, BIOMA MATA ATLÂNTICA.

MATINHOS – PR

2025

ELISANDRA DO CARMO NASCIMENTO

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO COMO TEMA GERADOR NA EDUCAÇÃO DO
CAMPO: UMA EXPERIÊNCIA NO COLÉGIO ESTADUAL DO CAMPO ILHA RASA,
LITORAL DO PARANÁ, BIOMA MATA ATLÂNTICA.

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-graduação em Rede Nacional para Ensino
das Ciências Ambientais, no Setor Litoral, na
Universidade Federal do Paraná, como requisito
parcial à obtenção do título de Mestre em Ensino
das Ciências Ambientais.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Elisa de Castro
Freitas

MATINHOS – PR

2025

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte
Biblioteca Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral

N244u Nascimento, Elisandra do Carmo
Unidades de conservação como tema gerador na educação do campo : uma experiência no Colégio Estadual do Campo Ilha Rasa, litoral do Paraná, bioma Mata Atlântica / Elisandra do Carmo Nascimento ; orientadora Ana Elisa de Castro Freitas. – Matinhos, 2025.
1 recurso online : PDF.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral, Programa de Pós-graduação Rede Nacional para o Ensino das Ciências Ambientais.

1. Comunidade tradicionais (litoral do Paraná). 2. Unidades de conservação. 3. Educação do campo. I. Freitas, Ana Elisa de Castro. II. Título.

CDD – 307



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR LITORAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO REDE NACIONAL PARA
ENSINO DAS CIÊNCIAS AMBIENTAIS - 33002045070P4

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação REDE NACIONAL PARA ENSINO DAS CIÊNCIAS AMBIENTAIS da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da dissertação de Mestrado de **ELISANDRA DO CARMO NASCIMENTO**, intitulada: **UNIDADES DE CONSERVAÇÃO COMO TEMA GERADOR NA EDUCAÇÃO DO CAMPO: UMA EXPERIÊNCIA NO COLÉGIO ESTADUAL DO CAMPO ILHA RASA, LITORAL DO PARANÁ, BIOMA MATA ATLÂNTICA**, sob orientação da Profa. Dra. ANA ELISA DE CASTRO FREITAS, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestra está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

MATINHOS, 31 de Março de 2025.

Assinatura Eletrônica

01/04/2025 23:05:59.0

ANA ELISA DE CASTRO FREITAS

Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

01/04/2025 22:18:51.0

ADALBERTO PENHA DE PAULA

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

07/04/2025 19:15:37.0

EDUARDO HARDER

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Rua Jaguariaíva, 512 - MATINHOS - Paraná - Brasil

CEP 83260-000 - Tel: (41) 3511-8300 - E-mail: PROFCIAMB@UFPR.BR

Documento assinado eletronicamente de acordo com o disposto na legislação federal Decreto 8539 de 08 de outubro de 2015.

Gerado e autenticado pelo SIGA-UFPR, com a seguinte identificação única: 438163

Para autenticar este documento/assinatura, acesse <https://siga.ufpr.br/siga/visitante/autenticacaoassinaturas.jsp> e insira o código 438163

Dedicatória
Dedico esse trabalho a Jesus Cristo, porque dele, e por ele, e para ele são todas as coisas; glória pois a ele eternamente. Aos meus familiares por todo apoio, a todos quanto contribuíram de alguma forma para o desenvolvimento deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, que me fez acreditar, mesmo quando tudo parecia impossível. Agradeço a minha mãe, Eliane do Carmo Nascimento, meu exemplo de resiliência, base forte, o alicerce que me encorajou dia após dia, me incentivando em todo o processo. Agradeço ao meu irmão Wallan Nascimento Barbosa, pelas inúmeras vezes que se dispôs a me levar pelas águas que banham esse litoral desde a Ilha Rasa até Paranaguá, para então de lá, rumar para Matinhos para as aulas do mestrado, por muitas vezes esperava pelo término da aulas até que eu retornasse a Paranaguá, e de lá, voltávamos durante a noite para a ilha, as estrelas das noites estreladas, o luar das noites enluaradas são as testemunhas de todo esse processo. Agradeço ao meu esposo Willian França, pelo incentivo em forma cobrança e uma leve pressão onde sempre dizia “E o mestrado terminou?”. Agradeço a Odivan Nascimento Barbosa, meu irmão, pelas conversas sobre os temas abordados na pesquisa, que nos levaram a conclusões específicas. Agradeço ao meu padasto Odamir Cordeiro Barbosa, pelos relatos das memórias de um passado não tão distante da comunidade. Agradeço aos meus sogros, Abigail dos Santos França e José dos Santos França, pelos relatos de memórias que enriqueceram o meu conhecimento sobre a realidade da comunidade de Ilha Rasa. Agradeço a minha família em Paranaguá, avós e tios, que me cederam estadia quando eu não conseguia retornar no mesmo dia. Agradeço à querida orientadora Profa. Dra. Ana Elisa de Castro Freitas, por toda paciência, por toda empatia, por toda compreensão da nossa realidade, por tornar novamente acessível aquilo que muitas vezes no decorrer do trabalho ia se tornando distante. Agradeço a Thássia, colega do mestrado, onde por muitas vezes se dispôs a nos levar de Paranaguá para Matinhos no seu meio de condução. Agradeço a Marivalda Correa, pelas inúmeras parcerias que firmamos no decorrer da pesquisa, pelos planejamentos gerados nos grupos de estudos, e pelas reflexões geradas em todo o decorrer das interações. Agradeço ao Colégio Estadual do Campo Ilha Rasa, lugar onde pude colocar em prática toda a proposta de uma educação contextualizada e com sentido para as suas partes integralmente. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e da Agência Nacional de Águas (ANA).

A todos vocês, meu muito obrigada.

"Os caiçaras não apenas habitam o litoral, mas
fazem parte dele, moldando sua cultura e
sobrevivência a partir dos ciclos naturais que os
cercam."

Elisandra C. Nascimento

RESUMO

Esta pesquisa reflete sobre o papel da educação num contexto de aprofundamento das desigualdades, da crise ambiental e das mudanças climáticas, considerando os desafios da conservação da natureza em ambientes ocupados por comunidades de pesca tradicional e simultaneamente impactados pelo desenvolvimento e pela globalização. O estudo focaliza as comunidades de pescadoras e pescadores tradicionais da Ilha Rasa, no litoral do Paraná, e reflete sobre as experiências da autora e suas práticas na educação do campo. Compreende-se que em tais contextos o papel da escola ultrapassa os objetivos tradicionais de ensino, assumindo o desafio da valorização dos conhecimentos locais nos processos de construção de um conhecimento pertinente, o qual deve ter sentido para aqueles que serão seus detentores. A partir deste posicionamento crítico, buscou-se compreender a relação entre os pescadores artesanais da comunidade de Ilha Rasa e a Unidade de Conservação APA, e a partir dela, utilizar a proposta de *Tema Gerador* de Paulo Freire como metodologia para a produção de saberes pelos estudantes do Colégio Estadual do Campo Ilha Rasa. Estes estudantes são, em sua totalidade, filhos de pescadores artesanais, residentes nas comunidades do município de Guaraqueçaba, PR. As práticas desenvolvidas em sala de aula foram planejadas buscando relacionar o uso sustentável da unidade de conservação com a qualidade de vida dos habitantes, e estimulando a sensibilização e a mudança de atitudes no sentido de fomentar o respeito e envolvimento dos habitantes com as metas de preservação de seus ambientes de vida, principalmente àquelas relacionadas ao descarte de resíduos. Como resultado da pesquisa, apresenta-se uma sequência didática de educação ambiental, com atividades que motivam o estudante a se repensar como protagonista e agente multiplicador de mudanças positivas à conservação da natureza, compreendida como meta indissociável da qualidade de vida comunitária.

Palavras-Chave: Comunidades Tradicionais, Ilha Rasa, Unidades de Conservação, Tema Gerador, Educação do Campo.

ABSTRACT

This research reflects on the role of education in a context of deepening inequalities, environmental crisis, and climate change, considering the challenges of nature conservation in environments occupied by traditional fishing communities and simultaneously impacted by development and globalization. The study focuses on the traditional fishing communities of Ilha Rasa, on the coast of Paraná, and reflects on the author's experiences and practices in rural education. It is understood that in such contexts, the role of the school goes beyond traditional teaching objectives, taking on the challenge of valuing local knowledge in the processes of constructing relevant knowledge, which must be meaningful to those who will be its holders. From this critical position, we sought to understand the relationship between the artisanal fishermen of the Ilha Rasa community and the APA Conservation Unit, and from there, to use Paulo Freire's Generative Theme proposal as a methodology for the production of knowledge by students at the Colégio Estadual do Campo Ilha Rasa. These students are all children of artisanal fishermen, residing in communities in the municipality of Guaraqueçaba, PR. The practices developed in the classroom were planned with the aim of relating the sustainable use of the conservation unit to the quality of life of the inhabitants, and stimulating awareness and a change in attitudes in order to foster respect and involvement of the inhabitants with the goals of preserving their living environments, especially those related to waste disposal. As a result of the research, a didactic sequence of environmental education is presented, with activities that motivate students to rethink themselves as protagonists and agents of positive change for nature conservation, understood as an inseparable goal of community quality of life.

Keywords: Traditional Communities, Ilha Rasa, Conservation Units, Generating Theme, Rural Education.

LISTA DE IMAGENS

IMAGEM 1 –	Primeiras etapas: o cipó em sua forma natural, raspagem do cipó, rachada ao meio, corte das “pernas” e início do trançado.....	25
IMAGEM 2 –	O trançado, desde a base até a modelagem da forma do cesto.....	25
IMAGEM 3 –	Finalização do cesto com o trabalho de acabamento das bordas.....	26
IMAGEM 4 –	À esquerda, <i>Mytella charruana</i> (sururu) no manguezal. À direita, sururu pronto para ser cozido e, após, consumido.....	27
IMAGEM 5 –	Abaixo, <i>Ucides cordatus</i> (Caranguejo - Uçá) no mangue ao redor da Ilha Rasa.....	27
IMAGEM 6 –	À esquerda, <i>Mytella guyanensis</i> (bacucu) no baixio. À direita, bacucu após o cozimento, pronto para ser retirado da “casca”..	28
IMAGEM 7 –	Minha mãe (Eliane C. Nascimento) capturando siri com a caçadeira.....	29
IMAGEM 8 –	Retirando uma gaiola do mar.....	30
IMAGEM 9 –	À esquerda e ao centro, siris capturados. À direita, siris desmariscados.....	31
IMAGEM 10 –	Retirada da carne do siri.....	31
IMAGEM 11 –	Táxi Náutico.....	34
IMAGEM 12 –	Ao pé do morro, sobre as pedras, é possível visualizar a cruz que dá nome à Ponta da Cruz.....	34
IMAGEM 13 –	Robuquara.....	35
IMAGEM 14 –	Pronunciamento de autoridades durante a cerimônia de inauguração da luz elétrica e da rede de abastecimento de água na Ilha Rasa.....	40
IMAGEM 15 –	Estrutura montada para o evento de inauguração do sistema de abastecimento de água.....	41
IMAGEM 16 –	Acima, participantes da palestra, à esquerda Sr. José França ao lado das maquetes e à direita palestrando aos presentes no evento.....	41
IMAGEM 17 –	Cano de abastecimento de água submerso.....	42
IMAGEM 18 –	À esquerda, detalhe do encanamento na ilha. À direita, caixa d	43

	água desativada.....	43
IMAGEM 19 –	À esquerda, cano de água exposto. À direita, caixa d’água não instalada.....	44
IMAGEM 20 –	Residências da comunidade de Ilha Rasa e seus reservatórios particulares para enfrentar a falta d’água.....	44
IMAGEM 21 –	Erosão dos barrancos (Margens da Ilha Rasa).....	46
IMAGEM 22 –	Lápides antigas presentes no cemitério comunitário da Ilha Rasa.....	47
IMAGEM 23 –	Trilha que conecta as comunidades Ponta do Lanço e Ilha Rasa.....	48
IMAGEM 24 –	Jovem pescador tecendo as malhas.....	57
IMAGEM 25 –	Gaiola, apetrecho utilizado para a pesca do siri ou do baiacu...	58
IMAGEM 26 –	À esquerda, redes de pesca, gaiolas e viveiro. À direita, rede de uma pescadora.....	60
IMAGEM 27 –	Canoas de madeira às margens do Rio Itiberê em Paranaguá..	62
IMAGEM 28 –	Embarcações de madeira. À esquerda, canoa a remo; à direita, bateira.....	63
IMAGEM 29	Canoas de fibra. À esquerda, confecção de uma canoa a motor; à direita, uma canoa a remo.....	64
IMAGEM 30 –	Meias-luas modificadas, partes que compõem o leme do barco.....	65
IMAGEM 31 –	Pinturas em canoas de fibra.....	65
IMAGEM 32 –	Colagem tridimensional representando a canoa feita por estudantes.....	68
IMAGEM 33 –	Reutilização de antiga canoa a remo de madeira como depósito de matéria orgânica.....	69
IMAGEM 34 –	Reutilização de antigas canoas a remo de madeira.....	70
IMAGEM 35 -	Rede e canoa a remo de madeira reaproveitados na jardinagem.....	70
IMAGEM 36	Redes como cercas para hortas e suporte para plantas trepadeiras, como o maracujá.....	71
IMAGEM 37	Fôlder produzido pelos estudantes sobre pescador artesanal e Unidades de Conservação.....	86

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 –	Desenho da Ilha Rasa.....	37
FIGURA 2 –	Localização da APA de Guaraqueçaba.....	53
FIGURA 3 –	Desenho de canoa a motor feito pelo estudante Marlon Honorato, do 7º ano.....	63
FIGURA 4 –	Desenho de canoa a motor feito pelo estudante Enzo, do 7º ano.....	64

LISTA DE GRÁFICO

GRÁFICO 1 – Distribuição da população da Ilha Rasa por faixa etária (2025).	
.....	39

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
2	ESSÊNCIA DE SER: EU CAIÇARA, PROFESSORA E PESQUISADORA.....	17
3	A RESILIÊNCIA DE UMA MULHER QUE GEROU EM MIM MARCAS DE UMA CULTURA.....	23
4	DELIMITANDO O HORIZONTE DA INVESTIGAÇÃO.....	33
4.1	UMA ILHA RASA – A COMUNIDADE ILHA RASA NO PASSADO E NO PRESENTE – MEMÓRIAS E NARRATIVAS DOS NATIVOS ANTIGOS.....	36
4.2	O BEM ESSENCIAL – A ÁGUA NA COMUNIDADE.....	39
4.3	ILHA RASA – FESTAS, CULTURAS E O DESAFIO DA CONSERVAÇÃO	45
5	A ESCOLA COM PAREDES.....	49
5.1	O ENSINO NOS RECANTOS DA NATUREZA PROTEGIDA.....	51
6	CENÁRIO GERAL: O SURGIR DOS REFÚGIOS NATURAIS NO BRASIL.....	54
6.1	A PESCA ARTESANAL E A ARTE NA PESCA.....	57
6.2	A ARTE DAS CANOAS NA ILHA RASA.....	61
6.3	A CANOA SEGUNDO A PERSPECTIVA DA CRIANÇA.....	66
6.4	QUANDO A REDE E A CANOA SAEM DO MAR.....	68
7	METODOLOGIA.....	72
7.1	O OLHAR DO “EU PESQUISADOR” SOBRE O LUGAR DO “EU NATIVO”.....	74
7.2	SUJEITOS DA PESQUISA E SUAS MATERIALIDADES.....	76
7.3	O TEMA GERADOR COMO METODOLOGIA DE ENSINO.....	77
7.4	A PRÁTICA EM SALA DE AULA PÓS PESQUISA AUTOETNOGRÁFICA.....	78
7.5	DE VOLTA À TURMA, QUAIS AS IMPRESSÕES DOS ESTUDANTES SOBRE A AÇÃO REALIZADA APÓS ALGUNS MESES?.....	88
	REFERÊNCIAS.....	91
	ANEXOS.....	94

1 INTRODUÇÃO

Diante do contexto atual, onde o espaço ocupado pelo ser humano vem sofrendo modificações constantes, o papel da escola ultrapassa os objetivos tradicionais de ensino. Nela, os sujeitos se encontram em um contexto de construção do conhecimento – mas não de qualquer conhecimento –, pois ele deve ter sentido para aqueles que serão seus detentores.

Para começo de escrita, expresso aqui alguns conflitos internos que durante toda a construção da pesquisa pulsavam na consciência. Por onde começar? Como falar sobre a realidade em que me insiro e relacioná-la com o que venho aprendendo no processo do Mestrado e no que pretendo construir como pesquisa? Começo pelo “eu nativo”, caiçara, filha de pescadores que conhece muito bem a realidade da sua comunidade? Ou pelo “eu professora, estudante, caiçara”? Estudante que ingressa no Mestrado e passa a ressignificar o viver na comunidade de Ilha Rasa? Esse sujeito que, ao sair do “ninho” (aqui se referindo a casa), depara-se com uma diferente realidade lá fora e recebe a missão de primeiramente utilizar as referências apreendidas e ressignificadas para criar, desenvolver e construir uma nova forma de olhar para sua própria realidade e, nesse contexto, para o próprio ninho.

É a partir desse exercício reflexivo que posso compreender a famosa frase atribuída a Isaac Newton: “O que sabemos é uma gota, o que ignoramos é um oceano”. Essa citação destaca a ideia de que mesmo com todo o conhecimento que adquirimos ao longo das nossas vidas, cada um em seu pequeno mundo, o meu hoje definido como ilha, há ainda muito mais a descobrir e compreender. É como um vasto universo do desconhecido que só precisa de novos olhares sobre a sua existência. E o olhar mais profundo (e por que não dizer autêntico?), afirmo veementemente, que não é o olhar que vê de fora para dentro, mas, sim, o olhar que parte aqui de dentro para fora.

Apesar de todas as dúvidas geradas pelas fases do processo de construção desta pesquisa, muitas foram as elucidações no decorrer da caminhada. Posso afirmar: a certeza que prevalece sobre todas é que embora tantas teorias ou epistemologias venham para aprofundar, traduzir e organizar o conhecimento em “caixinhas e gavetas”, na prática cotidiana do nativo caiçara, a ancestralidade é a palavra que melhor descreve esse contexto. O nativo caiçara define as condições do tempo ao observar o céu e sabe o momento em que a maré vai e a que horas

voltará. Tudo se resume e se expressa no seu modo de ser, de saber e de fazer que foram e são repassados de geração para geração.

O processo de construção da pesquisa permitiu criar ondulações, como em um mar agitado, em dois sentidos: a começar, de dentro para fora, partindo do “eu nativo”, que a partir de uma nova perspectiva, porém, com os mesmos olhos, pôde experienciar o eu pesquisador.

Assim como em uma paleta de cores, sabemos que entre cada cor existem vários tons. Podemos imaginar que se os nossos passos fossem as cores, para chegar de uma cor a outra, a diversidade dos tons seria a dificuldade, ou quem sabe os degraus. Mais uma vez a relatividade. Afinal, qual caminhada não tem suas nuances?

O sentimento de pertencimento à comunidade caiçara ficou ainda mais vivo, embora hoje eu esteja como professora da rede estadual de educação, atuando em uma escola do campo. Trago muitas bagagens dos anos anteriores a esse momento, e gosto de considerar ou me referir a esse passado definindo-o como vida anfíbia (na terra e na água). Foram essas experiências de vida que geraram subsídios para a prática da docência. O meu experienciar é a base empírica que direciona e proporciona o desenvolvimento de metodologias que possibilitam a contextualização do conhecimento científico a partir do real vivido e compartilhado. E isso, para os estudantes de uma escola do campo, faz-se extremamente necessário. Essa afirmação se encontra no parágrafo único do art. 2º das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo que diz:

A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes a sua realidade, ancorando-se na sua temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de Ciência e Tecnologia disponível, na Sociedade e nos Movimentos Sociais em defesa de projetos que associem as soluções por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país. (MEC, 2002, p. 37).

Em um passado não tão distante, era discreta minha expressão do “eu caiçara”. Hoje, toda a descrição deu lugar a uma afirmação consistente da minha identidade, do eu professora, pesquisadora, caiçara.

Minha lealdade e apego a minha terra são como as raízes profundamente fixadas em solo fértil, nutrindo minha identidade e ligação com essa comunidade. Não somente pelo pertencimento a terra, mas ao seu modo de vida, aos seus costumes, aos seus saberes e fazeres. E como descrever esse sentimento de

pertencimento à minha comunidade? É como se após explorar o mundo, passo a perceber que o conforto e a familiaridade do lar são incomparáveis. Não é sobre ter domínio ou poder sobre essa casa, mas, sim, entender que você é parte desse todo, que você só é completo e se mantém vivo quando está integrado a ele. Como afirma Castro:

O homem produz o meio que o cerca e é, ao mesmo tempo, seu produto. Nesse sentido, deve-se considerar normal a intervenção do homem no curso dos fenômenos e dos ciclos naturais, à semelhança das outras espécies que, segundo suas faculdades, agem sobre as substâncias, as energias e a vida das outras espécies. O que traz problemas não é o fato, mas a maneira como o homem intervém na natureza. Uma natureza pura, não transformada, é um museu, uma reserva, um artifício de cultura como outros, na qual somente o naturalismo reativo acredita. Desse modo, o fundamental não é a natureza em si, mas a relação entre o homem e a natureza. (Castro, 2000 p. 26).

E em posse dessa afirmação, compreendendo as interconexões entre conhecimentos tradicionais e científicos, e na função de multiplicadora de conhecimentos, surge a oportunidade, não para sobrepor a cultura desse povo, não para reescrever a sua história, mas para contribuir no processo de alcançar a efetivação do objetivo de avançar, ao mesmo nível e ao mesmo tempo em que a sociedade lá fora avança, desenvolve-se e estabelece critérios a fim de gerir esse bem maior que somos parte. Sobre essa relação entre saberes científicos e saberes tradicionais, Castro afirma que:

No domínio científico, tem ganho força os trabalhos de etnociência em seus vários ramos (etnobotânica, etnoictiologia, etnobiologia), em que as comunidades tradicionais desempenham papel fundamental. Grande parte desses trabalhos são realizados por uma nova geração de cientistas naturais, alguns dos quais trabalhando em instituições ambientais governamentais, que começam a entender a importância da participação social no estabelecimento de políticas públicas conservacionistas. (Castro, 2000, p. 31).

Diante desse ideal, compreendendo-me como sujeito parte desta pesquisa e afirmo que nossa casa é a nossa primeira escola. Nossos primeiros professores são nossa família e nós seus primeiros alunos.

Esta pesquisa foca a integração entre conhecimento científico e saberes tradicionais da comunidade caiçara da Ilha Rasa, explorando como essa convergência pode enriquecer a prática docente e a construção de uma educação significativa.

Diante das constantes mudanças no espaço ocupado pelo ser humano, a

escola precisa transcender os objetivos tradicionais de ensino. É crucial que o conhecimento transmitido tenha sentido para os estudantes, enraizando-se nas vivências e saberes locais, promovendo uma educação contextualizada e relevante.

O objetivo é fortalecer a identidade e o sentimento de pertencimento dos estudantes, além de proporcionar uma formação que respeite e valorize os saberes ancestrais. Essa abordagem visa desenvolver metodologias educativas que possibilitem uma aprendizagem significativa, conectando o conhecimento científico com a realidade vivida, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e a preservação cultural da comunidade.

2 ESSÊNCIA DE SER: EU CAIÇARA, PROFESSORA E PESQUISADORA

Sou a filha mais velha e tenho dois irmãos. Nasci no ano de 1994. No âmbito da afetividade parental, não houve reconhecimento por parte do genitor. Fui criada até os 4 anos por minha mãe, por minha avó e pelo então marido da minha avó, que atualmente considero meu avô. Essas pessoas desempenharam o papel principal na minha criação e cuidado durante os primeiros anos da minha vida.

Por influência familiar, especificamente da minha mãe, veio o desejo, ou como gosto de me referir, o incentivo para ser professora, o objetivo de ensinar. Porém, não ensinar “qualquer coisa”, fora de contexto e de qualquer jeito, como muitas vezes fui submetida na condição de estudante na mesma escola onde atuo hoje como professora. Ensinar de uma forma diferente, como não me ensinaram, mas como eu gostaria de ter aprendido; ensinar sobre os espaços, sobre as conexões terra-homem que experienciamos todos os dias, sobre o mar, sobre a natureza como sendo parte dele. E sobre essa vivência, compartilharei reflexões adicionais ao longo dos escritos.

Minha formação inicial foi em Ciências Biológicas e além da forte influência familiar, ela veio também do próprio meio, da própria natureza da qual sou parte. A necessidade de adquirir o conhecimento teórico-científico veio pelo desejo de ensinar e, assim, começou a busca pelo direito formal de ser uma multiplicadora.

Para que eu pudesse alcançar o objetivo de me tornar uma professora, a trilha foi longa, pois ao sair do “ninho” precisei encarar a dureza da realidade lá fora. Fui ensinada a voar, mas não por diferentes ares. O eu era cheio das coisa que eu vivia, das coisas que a experiência me trazia. Sabe aquela ideia de peixe fora da água? Então, é mais ou menos assim que eu me sentia. Tive de viver e forcei a minha adaptação a outra realidade, mas quando percebi que não era eu o problema, e sim o lugar, precisei decidir entre continuar forçando o meu eu a se adaptar ou voltar para a água.

No ano de 2011 (meu último ano no Ensino Médio do Colégio Estadual do Campo Ilha Rasa), prestei vestibular na antiga Fafipar, hoje Unespar, para o curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, sendo aprovada e ingressando na universidade no ano seguinte. Assim aconteceu. Em 2012, mudei-me para a cidade de Paranaguá e fui morar na casa da minha avó materna, com o objetivo de estudar. Os desafios começaram na própria universidade, pois precisei enfrentar os olhares

“atravessados” no momento de apresentação, olhares que por muitas vezes pareciam estranhamento por parte de muitos ali presentes. Naquele momento, eu acreditava que a minha bagagem sociocultural era a principal motivação; hoje, com um olhar diferenciado sobre as questões étnico-raciais, tenho as minhas dúvidas.

Um fato que até hoje eu me recordo foi quando, conversando com uma outra estudante da turma e após dizer de onde eu vinha – de uma ilha que pertence a Guaraqueçaba –, ela então afirmou: “Isso quer dizer que você está ocupando uma vaga que era para ser de alguém daqui” (de Paranaguá). Foi uma fala um tanto quanto xenofóbica. Mal sabia ela que a minha história e formação de caráter se deu, sim, no município de Guaraqueçaba, porém minha naturalidade é Paranaguá. Não que isso justificasse a fala dessa pessoa, até porque isso de ser daqui ou de lá não era critério estabelecido em edital para a aquisição de vaga.

O conceito de naturalidade não está hoje atrelado ao nativismo. O fato de ter nascido na cidade foi devido aos avanços no sistema de saúde, visto que as mulheres não precisavam mais se sujeitar à realização do parto em casa, na maioria das vezes realizados por parteiras, podendo se deslocar até um hospital, mesmo que em outro município. Mas isso é apenas para constar nos registros, em documentações, como algo de praxe. Só nascemos lá, mas com 4 ou 5 dias de vida já estamos no berço, no ninho dos pais, à sombra da natureza, nativos da terra onde crescemos e nos tornamos pensantes. Sobre a fala da moça, na hora eu não me recordo o que eu respondi, mas creio que não deve ter sido algo a ser considerado, visto que eu tenho a convicção de que não era ativa em argumentações, afinal, como eu já disse, era um peixe de 17 anos fora da água.

Tive outras experiências negativas, como quando formavam grupos para um trabalho e como não “sobrava” mais ninguém, eu tinha de fazer o trabalho sozinha. Ou na vez em que o ônibus que eu pegava atrasou mais ou menos 20 minutos e fui impedida de participar de uma aula de laboratório. Mas, enfim, mesmo com todas as adversidades, consegui me apropriar de muita bagagem científica. Fracassei em algumas áreas, mas me sobressaí em outras.

No final do ano de 2012, decidi voltar para casa e, por isso, “tranquei” o curso de Ciências Biológicas para fazer algo que me permitisse estar em contato direto com a minha casa, minha família, meu lugar. Comecei, então, a graduação em Artes Visuais na modalidade de educação a distância. Sempre tive aptidão para as artes e como aluna da rede estadual, isso sempre sobressaía em mim, sempre

tendo a natureza como a inspiração para as práticas artísticas.

No ano seguinte, 2013, houve falta de professores no Colégio Estadual do Campo Ilha Rasa em algumas áreas. Então, como acadêmica, consegui atribuição de aulas. De forma prematura, se posso assim definir, mas ainda assim olhando hoje para esse passado, orgulho-me do trabalho que desenvolvi nesse primeiro ano de docência. Hoje posso dizer que fiz jus àquele ditado que diz: “a prática leva à perfeição”. De 2013 até 2016, atuei como professora. Já em 2017, como agente educacional I, e de 2019 até 2023, voltei a atuar como professora, sempre com contrato em regime especial.

Atualmente, sou licenciada em Artes Visuais, Ciências Biológicas e Pedagogia. No ano de 2024, no Colégio Estadual do Campo Ilha Rasa, atuei como professora de Ciências da Natureza, Expressões Culturais e Artísticas e como Professora de Atendimento Educacional Especializado – PAEE.

A experiência vivenciada em 10 anos desenvolvendo ações na área da educação me fizeram acumular mais do que projeções de metodologias: constituem cada parte da história de cada sujeito envolvido no processo, pois estar nesse campo é saber que isso o constituirá integrado ao saber construído. Não o sujeito em si, mas a holística do seu exercício. Por onde o professor andar, no interior ou no exterior da escola física, ele será associado ao saber que auxiliou a estruturar.

Nesse tempo, vi estudantes entrando no 6º ano, conhecendo o sistema educacional do “Estado”, felizes e contentes por ter chegado a essa fase tão desejada quando ainda se está estudando “no município”. E os olhares esperançosos, refletidos pelo brilho de querer conhecer a vastidão da terra preparada para o plantio. Vi essas mesmas pessoas se formando no processo regular de formação, concluindo, enfim, o 3º ano do Ensino Médio.

Observei o desenvolvimento humano ao acompanhar como mentes que, quando chegaram, apresentaram-se como uma vasta terra preparada para o plantio, transformando-se agora em terra produtora do que foi semeado e dando seus frutos. Não que isso coloque o “semeador” como único responsável pelas etapas do desenvolvimento que resultarão em um crescimento, mas, sim, como integrados, porque sabemos que a terra em si possui suas próprias nuances e que isso faz toda a diferença em cada nível de cognição.

Vi também como cada um tem o seu próprio procedimento de cuidado com o que foi semeado. Alguns solos têm peculiaridades inigualáveis e mesmo quando a

imensidão de terra é a mesma, o tratamento de cada terra é particular. E, assim, cada terra, a seu tempo, dá o seu fruto. O fruto não representa, aqui, apenas uma conclusão do processo, mas um estabelecimento dele. Muitos precisavam repetir, rever ou modificar ações para alcançar objetivos mais elevados; outros, no entanto, não apresentavam pressa em avançar em seus próprios processos.

Engana-se quem pensa que nessa seara não existem interferências. São terras férteis em um bioma sensível. Ondulações vêm de fora para dentro, mas grandes ondulações são formadas de dentro para fora; são como tsunamis, capazes de transformar os limites que podem atingir. O meio moldado pelo homem outrora molda o homem e ele, sendo o meio que outrora o moldou, novamente o transforma. Os que são tratados aqui como interferências, nada mais são do que conjunturas do processo.

Vi, ainda, como muitos interromperam os cuidados e o campo das terras abandonaram, muitas vezes por motivações costumeiras da sua realidade.

Vi, também, como são realizados muitos outros cuidados, quando outras sementes são lançadas por outros semeadores, muitas causando boa impressão; outras, nem tanto. Esse cenário permite análises que levam a uma (auto)reflexão sobre os próprios cuidados: o que tenho lançado? Como tenho semeado?

Sempre com a mentalidade pautada no coletivismo, onde o outro sou eu, e o eu é o outro, mais conhecido atualmente como o desenvolvimento de uma capacidade humana denominada empatia. Não se trata de algo como “e se fosse comigo?” a fim de promover um “emocionalismo” momentâneo, mas algo como “ele importa tanto quanto eu” e se ele não for bem cuidado, eu sentirei na minha estrutura essa falta.

Cada lado promove as suas contribuições nessa jornada. No lado dos que semeiam, os semeadores desenvolvem formas de fazer que passam por adaptações, ano após ano. Estas, após serem postas em prática e apresentarem seus resultados, passam por melhoramentos a fim de cada vez que forem utilizadas, postas em prática, sejam capazes de construir sentido com utilidade.

Posso afirmar que, em todo esse tempo, as maiores dificuldades não foram espaços, tampouco as partes que os constituem, mas, sim, ver como as próprias oportunidades, como essas realidades foram desprezadas, como demorou para que a educação caminhasse pelo viés da contextualização, como mesmo com a presença da escola faltou presença de educação com sentido, e como essas

comunidades foram afetadas pela falta do cumprimento dos seus direitos, como muitas vezes o fato de viver nesses lugares restringe os direitos, afastando as oportunidades.

Embora a cada dia percebemos algumas mudanças, elas são tão pequenas que pouco subsidia uma estrutura de apoio. Por isso, talvez, as perspectivas de futuro muitas vezes sejam tão rasas e não centradas na cultura, na vivência, mas na fuga, porque parece levar a um lugar mais cômodo e com tudo ao alcance.

Embora os desafios se apresentem dia após dia, as renovações também acontecem. Assim, dia após dia o professor planeja, molda-se, transforma-se e se deixa ser transformado. Em vez de deixar as redes para trás, ele avança e tenta um pouco mais, mesmo por vezes se encontrando em situações nas quais parecem que foram tentadas todas as possibilidades. Há uma força que vem de uma fonte inesgotável que o permite continuar de pé, a cada dia, mantendo-se na trajetória de quem faz educação com sentido e utilidade.

Desde que foi fundada, há na Escola Estadual na Ilha Rasa um intenso fluxo de professores. Muitos vêm de lugares distantes a fim de lecionar na comunidade. Para muitos, a realidade da ilha chega a ser um desafio, pois difere em muitos detalhes da realidade de uma cidade, por exemplo.

No entanto, na atualidade, há muitos estudantes que já objetivam se tornarem professores para atuarem na própria escola onde estudam hoje. É impossível falar da identidade do professor da ilha sem se autoanalisar como tal.

Existem peculiaridades que diferenciam um professor da própria comunidade de um professor que vem de outro lugar e a análise desses detalhes se dá pela própria prática docente. Porém, em alguns pontos isso também se torna relativo, porque se analisarmos, por exemplo, a facilidade que é para alguns professores realizar a contextualização do conhecimento, os professores que vivem essa realidade terão menos dificuldades em realizar essa ação, que é de extrema importância para a educação da escola da ilha, a fim de fazer o estudante participar de um processo de aprendizagem com sentido. Porém, para quem não vive a realidade da ilha, precisará primeiramente se inteirar dela para não tornar o conhecimento algo totalmente descontextualizado e desconexo com aquilo que faz sentido para o estudante que lá reside, pois como afirma Freire:

A questão fundamental, neste caso, está em que, faltando aos homens uma compreensão crítica da totalidade em que estão, captando-a em pedaços

nos quais não reconhecem a interação constituinte da mesma totalidade, não podem conhecê-la. E não o podem porque, para conhecê-la, seria necessário partir do ponto inverso.

Isto é, lhes seria indispensável ter antes a visão totalizada do contexto para, em seguida, separarem ou isolarem os elementos ou as parcialidades do contexto, através de cuja cisão voltariam com mais clareza à totalidade analisada. (Freire, 1987, p. 61).

Muitas vezes, há profissionais que mesmo conhecendo a realidade se apoiam em conhecimentos externos e, na prática, utilizam exemplos de realidades distintas para conceituar questões tão comuns à realidade dos estudantes.

Não é o objetivo aqui dizer que somente o professor da própria comunidade pode promover uma educação com sentido e de forma alguma menosprezar o trabalho dos demais docentes; trata-se de ressaltar que existe essa diferença entre as concepções de fazer educação. O professor da ilha tem a sua identidade própria e esta difere em muitos aspectos das demais identidades, análise que faço desde as experiências como estudante e hoje a partir da minha própria experiência como docente. Desde que eu era estudante dessa escola da ilha até os anos que tenho atuado como professora, essas diferenças são evidentes.

3 A RESILIÊNCIA DE UMA MULHER QUE GEROU EM MIM MARCAS DE UMA CULTURA

Minha mãe sempre foi minha maior referência. Em minhas vívidas lembranças, lembro-me toda a luta que teve para completar os estudos quando ela vinha do mar no final da tarde, após mais um árduo dia de trabalho na pesca, e ainda encontrava energia e determinação para ir até a escola no período da noite para estudar na modalidade de ensino Educação de Jovens e Adultos (EJA).

A história dela não começa na Ilha Rasa, mas em um lugar não tão distante de lá. Ela se chama Eliane do Carmo Nascimento, nascida no ano de 1974. Morou desde então na comunidade pesqueira de Vila São Miguel, município de Paranaguá. O lugar é conhecido também como “Saco do Tambarutaca” ou “Sítio”. Desde a infância, estava muito envolvida com as responsabilidades familiares por ser a filha mais velha de quatro irmãos, precisando assumir com sua mãe a tarefa de suprir as necessidades básicas da família.

A rotina de trabalho começou por volta de 1980 e estando ainda com os seus 7 anos, já realizava trabalhos pesados. Morava com sua mãe, Ilizabete; seu avô, Aparício; e suas duas irmãs. Viviam em uma casa de palha contendo apenas um cômodo e por precisar fazer a manutenção constante da casa, aprendeu a técnica de tecer a palha com o seu avô, pois a palha era utilizada principalmente no telhado. Nesse processo de fabricação manual, utilizava materiais naturais como bambu, cipó e a palha. No início do processo, rachava-se um bambu ao meio, amarrava-se uma corda para pendurá-lo para só então juntar a palha. Nessa etapa, se utiliza aproximadamente umas oito folhas de palha (*Attalea funifera*), passando as palhas em volta do bambu, trançando-o e amarrando-os com o cipó. Fazia esse trançado até o fim do bambu e ao término, a primeira telha estava feita. Além das telhas com as palhas, ela também aprendeu a fazer esteira, vassoura de timbopeva (*Merostachys multiramea*) e o balaio feito de cipó e bambu taquara (*Guadua chacoensis*).

Para desenvolver e aperfeiçoar essas manualidades, assim como para coletar o material, teve como mentor dos saberes o seu avô, que ao longo da vida produziu vários objetos artesanais. Ela dominou a feitura de cestas utilizando cipó ou a taquara (*Olyra latifolia*). Com o passar dos anos, começou a produzir esse material a fim de comercializá-los. Os balaies produzidos eram vendidos por dúzia.

Havia momentos em que faltavam alimentos em casa. Quando isso acontecia, pegava o alimento no comércio e depois, o que era produzido, ficava como pagamento da dívida. Eram produzidos quatro tipos de cestos: o paná, que possuía na sua forma pequena um palmo na medida do fundo, lembrando um cesto raso de colocar frutas; o médio, que tinha as medidas de um palmo e quatro dedos; o grande, de dois palmos de fundo, possuindo duas pequenas argolas nas laterais; e o cestão, com uma tampa, lembrando um cesto de colocar roupas. Produziam também o viveiro utilizado para “guardar no mar” iscas vivas, que também possui tampa, e a sacola, que tinha um fundo quase oval onde se utilizava como matéria-prima a raiz do cipó (*Philodendron corcovadense*), conhecido popularmente como cipó preto. Os tamanhos eram definidos também pelo comprimento das “pernas”, pedaços do material utilizados na construção da base dos cestos.

Chegavam a produzir cerca de 15 cestos por dia e esse trabalho era realizado por etapas. Para colher o material, eles levavam cerca de um dia inteiro. Assim, levantavam às quatro horas da manhã e os donos de comércio (indivíduos com recursos financeiros mais amplos na época) os levavam de barco até as regiões onde poderiam encontrar matéria-prima. Lá, atravessavam rios a pé, na região do Rio do Cedro. As próximas etapas consistem em realizar a limpeza do material, tirar cascas, raspar os bambus e os cipós, modelá-los, pois só então estavam prontos para o processo de feitura dos cestos. Nos registros a seguir, minha mãe apresenta as etapas do processo para a construção de um viveiro. Nessa amostra, ela cria um modelo em miniatura.

Segundo a minha mãe: “Antigamente, não tinha saco plástico, era raro encontrar um saco de batata, por isso era muito utilizado o cesto”.

IMAGEM 1 – PRIMEIRAS ETAPAS: O CIPÓ EM SUA FORMA NATURAL, RASPAGEM DO CIPÓ, RACHADA AO MEIO, CORTE DAS “PERNAS” E INÍCIO DO TRANÇADO



FONTE: A autora (2023).

IMAGEM 2 – O TRANÇADO, DESDE A BASE ATÉ A MODELAGEM DA FORMA DO CESTO



FONTE: A autora (2023).

IMAGEM 3 – FINALIZAÇÃO DO CESTO COM O TRABALHO DE ACABAMENTO DAS BORDAS



FONTE: A autora (2023).

A composição familiar inicial era minha mãe, a mãe dela, suas duas irmãs e o seu avô materno. Posteriormente, sua mãe se casou em 1988 e teve mais um filho.

Na trajetória de vida da minha mãe, até o ano de 1995 meu bisavô (avô materno da minha mãe) assumiu a função de pai, tanto dela como das suas irmãs. Havia alguns tios da minha avó, irmãos do meu bisavô materno, que moravam na mesma comunidade; ao todo eram cinco.

Segundo os relatos da minha mãe, ela ajudava a minha avó em algumas atividades de pesca; a catar ameja (*Amarilladesma mactroides*), sururu (*Mytella charruana*), bacucu (*Mytella guyanensis*); tirava caranguejo (*Ucides cordatus*). Alguns exemplos desses animais diretamente no seu habitat podemos observar nas imagens a seguir.

IMAGEM 4 - ABAIXO, *UCIDES CORDATUS* (CARANGUEJO - UÇÁ) NO MANGUE AO
DERREDOR DA ILHA RASA



FONTE: A autora (2024).

IMAGEM 5 – À ESQUERDA, *MYTELLA CHARRUANA* (SURURU) NO MANGUEZAL. À DIREITA,
SURURU PRONTO PARA SER COZIDO E, APÓS, CONSUMIDO



FONTE: A autora (2023).

IMAGEM 6 – À ESQUERDA, *MYTELLA GUYANENSIS* (BACUCU) NO BAIXIO. À DIREITA, BACUCU APÓS O COZIMENTO, PRONTO PARA SER RETIRADO DA “CASCA”



FONTE: A autora (2023).

Segundo a minha mãe, as práticas pesqueiras citadas são atividades que não dependiam de barco, ou seja, as pessoas podiam ir a pé. Isso era uma possibilidade positiva, já que elas não tinham barco naquele tempo.

Sua outra atividade consistia em buscar lenha, pois o fogão que possuíam era exclusivamente a lenha. As roupas e louças eram lavadas na fonte de água natural que existia na comunidade; dessa fonte ela também carregava água para o consumo em casa. Em muitas ocasiões, pela dificuldade em conseguir algum recurso financeiro, ela saía para pedir comida nas casas vizinhas, onde muitas vezes recebia alguma coisa, mas outras vezes não. Muitas vezes capinava quintais, carregava compras, água da fonte, lavava roupas, tudo para ajudar na renda familiar. Esse era o modo de vida dela no período compreendido entre o ano de 1980 e 1998.

A atividade pesqueira mais praticada na comunidade naquele período era a captura do siri (*Callinectes sapidus*), conhecido também como siri-azul. Diante das necessidades, ela aprendeu a técnica de desmariscá-lo a partir da observação das pessoas que realizavam essa atividade.

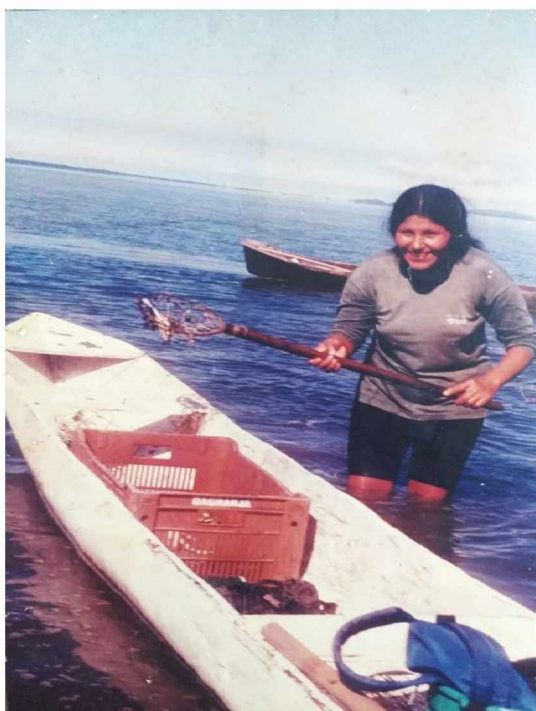
Minha mãe fez desse conhecimento uma forma de ajudar nas despesas de casa. Por cada quilo desmariscado, recebia um valor de R\$ 5,00 (cinco reais), chegando a vender de 10 a 11 quilos da carne do siri por dia. Esse dinheiro recebido era usado na comprar alimentos. Quando minha avó se casou em 1988, o meu bisavô finalmente conseguiu se aposentar (próximo ao ano de 1990), assim, a minha mãe pôde ter um alívio, no sentido de precisar trabalhar menos em serviços pesados. Infelizmente, meu bisavô faleceu em 1995.

Passados alguns anos, por volta de 1998, minha mãe se casou com um pescador e se mudou de São Miguel para a Ilha Rasa. Ao chegar à Ilha Rasa, continuou praticando a pesca como fonte de subsistência, bem como, permaneceu com essa prática até antes de terminar os seus estudos.

No registro a seguir, é possível observar a minha mãe, por volta do ano de 1998 na pesca do siri. Naquela ocasião, o material de pesca utilizado para a captura era a caçadeira, apetrecho que permite ao/à pescador/a se deslocar a pé pelos baixios. A água do mar muitas vezes pode estar até a altura da cintura, mas se não tiver muita turbidez, é possível visualizar o siri. A caixa visível sobre a canoa é utilizada como armazenamento para os animais capturados.

Atualmente, a caçadeira ainda é utilizada, porém, na comunidade é mais comum a utilização da gaiola, por sua maior capacidade de captura e de armazenamento. Sobre esse apetrecho, farei uma maior descrição.

IMAGEM 7 – MINHA MÃE (ELIANE C. NASCIMENTO) CAPTURANDO SIRI COM A CAÇADEIRA



FONTE: Acervo de família (1999).

Como uma herança cultural do seu modo de vida, das práticas aprendidas, o trabalho de subsistência de pesca do siri foi ensinado aos seus filhos, e eu, como primogênita, tenho orgulho em dizer que sei pescar e aprendi com a minha mãe. Com ela aprendi o que hoje sei a respeito das coisas do mar, como desmariscar o

siri e caçá-lo com a caçadeira, tirar ostras da pedra ou no mangue, coletar bacucu, dentre outros saberes.

A imagem a seguir é do registro de um dia no qual eu retornava de Paranaguá, após regressar de Matinhos, onde eu estava em uma aula presencial do mestrado (Profciamb). Nesse dia, auxiliei meu irmão Wallan no processo de retirada das gaiolas do mar.

IMAGEM 8 – RETIRANDO UMA GAIOLA DO MAR



FONTE: Acervo de família (2024).

Após ser capturado, o siri passa pelo processo de cozimento. Em seguida, inicia-se a atividade de desmariscar (separar o exoesqueleto da massa corporal), que consiste na remoção da estrutura conhecida popularmente como casca/osso. A sequência de imagens abaixo registra o resultado de um dia de trabalho na pesca feito pelos meus irmãos, desde o resultado da pesca, passando pelo cozimento e finalmente remoção do osso/casca do siri.

IMAGEM 9 – À ESQUERDA E AO CENTRO, SIRIS CAPTURADOS. À DIREITA, SIRIS DESMARISCADOS



FONTE: A autora (2024).

IMAGEM 10 – RETIRADA DA CARNE DO SIRI



FONTE: A autora (2024).

Toda essa herança cultural herdamos da minha mãe, como no registro acima, de um dia no qual ela desmariscava o siri. São imagens que remetem a memórias e a conhecimentos práticos acumulados desde que começamos a reproduzir essas mesmas práticas. Ela fez da sua habilidade nossa prática diária.

Mesmo possuindo essas aptidões na pesca artesanal, minha mãe não se acomodou na profissão. Quando já estava na Ilha Rasa, e como não tinha o Ensino Fundamental completo, surgiu a oportunidade de estudar pela EJA. Dessa forma, ela pôde concluir tanto o Ensino Fundamental quanto o Ensino Médio. Em seguida, ingressou em uma graduação a distância na modalidade semipresencial, com encontros semanais que eram realizados na cidade de Guaraqueçaba. Para o custeio das mensalidades do curso, utilizava recursos retirados exclusivamente da pesca. No ano de 2019, formou-se no curso de Licenciatura em Letras e Literatura Brasileira pela Universidade Luterana do Brasil (Ulbra). No decorrer do mesmo ano, após ter se inscrito no Processo Seletivo Simplificado (PSS) para atuar como professora na rede pública de educação, foi classificada e passou a lecionar no Colégio Estadual do Campo Ilha Rasa de 2009 até 2017.

No ano de 2018, ela retornou para a profissão de pescadora e atualmente pretende continuar na profissão. Ao voltar às práticas da pesca, ela demonstra como esse retorno ao exercício dos saberes tradicionais pode ser uma opção para quem um dia já foi pescador. Isso mostra como essas práticas subsistem ao tempo e nunca são substituídas por um novo aprendizado; elas se somam e se aperfeiçoam continuamente. Antes de se tornar professora, ela foi pescadora. Isso gera em mim uma conclusão única, que, se tratando de conhecimento tradicional, quem sempre foi um pescador pode vir a se tornar um professor, mas quem sempre foi um professor não pode simplesmente se tornar um pescador. Como afirma William Balée (1993), citado por Edna Castro (2000, p. 34): “[...] Nesse sentido, o conhecimento tradicional somente pode ser interpretado dentro do contexto da cultura em que ele é gerado”.

Essa ideia de retorno mostra como o sentimento de pertencimento à terra e a seus processos são comuns no contexto dos povos dessas comunidades. Não é uma regra, mas é comum presenciar pessoas que, em parte das viagens da vida, voltam às suas origens, no que diz respeito, às suas culturas, aos seus costumes, à sua terra.

4 DELIMITANDO O HORIZONTE DA INVESTIGAÇÃO

Por muitas vezes, quando me deslocava para a cidade de Paranaguá, ora para consultas médicas, ora para estudos, era comum ouvir por parte de outras pessoas a seguinte pergunta: “onde você mora?”. Era normal. Após a minha resposta, aquele que perguntou continuava com a dúvida, pois não conhecia o lugar, então, pode-se concluir que às vezes, mesmo estando tão próximos desses lugares, essa é a realidade: muitos não os conhecem pelo nome, tampouco fisicamente. Percebo que além das expressões de estranhamento, com nítidas impressões de preconceito, há, ainda, um desconhecimento de parte da população sobre o território que a cerca. A respeito disso, Arruda (1999, p. 85) declara que há uma designação que descreve a forma como esses povos são considerados: “Parece que essas populações são invisíveis (além de indesejáveis)...”.

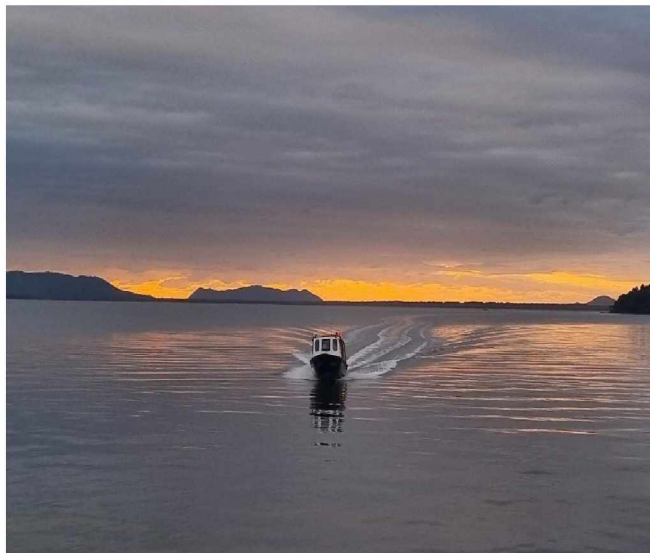
Para compreender melhor essa localização do campo onde a pesquisa se desenvolveu, embarcaremos em uma viagem. Para fins de conhecimento do ambiente físico, teremos como ponto de partida a cidade de Paranaguá. Começamos saindo em uma embarcação, às margens do Rio Itiberê, onde podemos utilizar um Táxi Náutico (Imagem 11), para quem quer uma viagem rápida, ou a canoa tradicional, para quem não tem pressa e quer vislumbrar as belezas naturais do trajeto.

Começamos nossa jornada com destino à Ilha Rasa, uma das ilhas que pertencente politicamente à cidade de Guaraqueçaba e concomitantemente à Unidade de Conservação denominada Área de Preservação Ambiental (APA) de Guaraqueçaba. É um trajeto marítimo não muito longo – média de 40 a 70 minutos de viagem – dependendo das condições do tempo e da capacidade do motor da embarcação escolhida.

Navegando pela Baía de Paranaguá é possível passar primeiro ao lado da Ilha da Cotinga (à direita). Ao atravessar a Baía de Paranaguá, adentra-se na delimitação da APA de Guaraqueçaba – todas as comunidades descritas adiante estão dentro dessa APA, algumas, no entanto, pertencem politicamente à cidade de Paranaguá. Passamos em frente à comunidade de Piaçaguera e, em seguida, São Miguel. Logo adiante dessas comunidades fica um marco para os navegantes dessas águas: a chamada “Ponta da Cruz”, local de referência para os marinheiros. Nesse trecho, em dias de mau tempo, o mar se apresenta mais bravio, as ondas

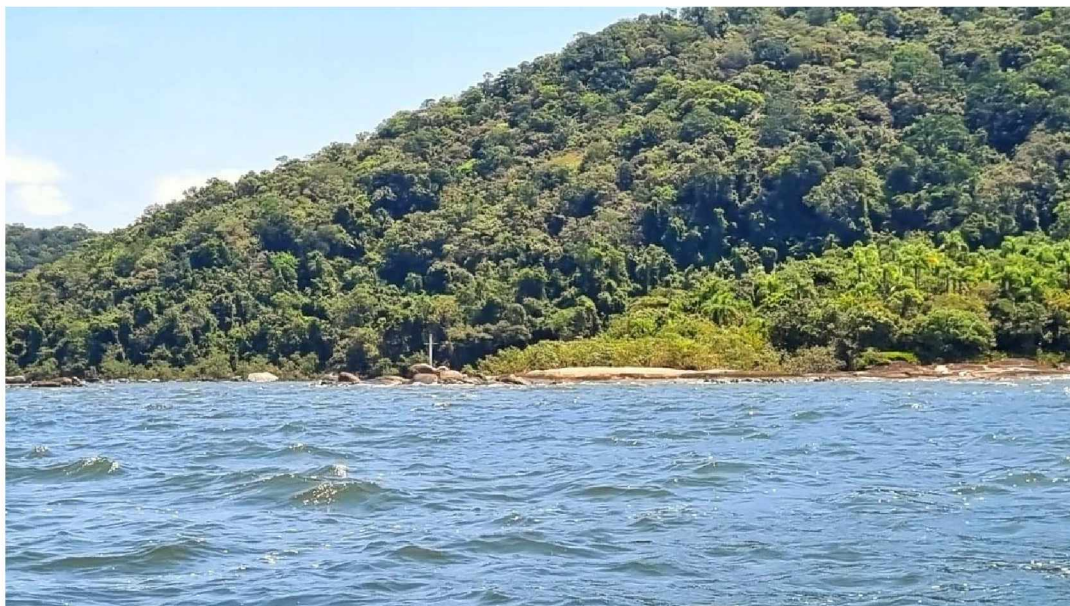
tendem a ser mais violentas e é o ponto onde se quebram as ondas oriundas do mar de fora.

IMAGEM 11 – TÁXI NÁUTICO



FONTE: A autora (2021).

IMAGEM 12 – AO PÉ DO MORRO, SOBRE AS PEDRAS, É POSSÍVEL VISUALIZAR A CRUZ QUE DÁ NOME À PONTA DA CRUZ



FONTE: A autora (2021).

Seguindo a leste, podemos avistar o que a princípio aparentam ser duas ilhotas; isso quando a maré está cheia, pois quando a maré baixa, é possível atravessar de uma parte para a outra por terra seca. Esse pedaço de terra é identificado como Ilha das Bananas. Após esse ponto fica a Ponta de Ubá, também

conhecida como Prainha, última comunidade que nesse trajeto pertence ao município de Paranaguá.

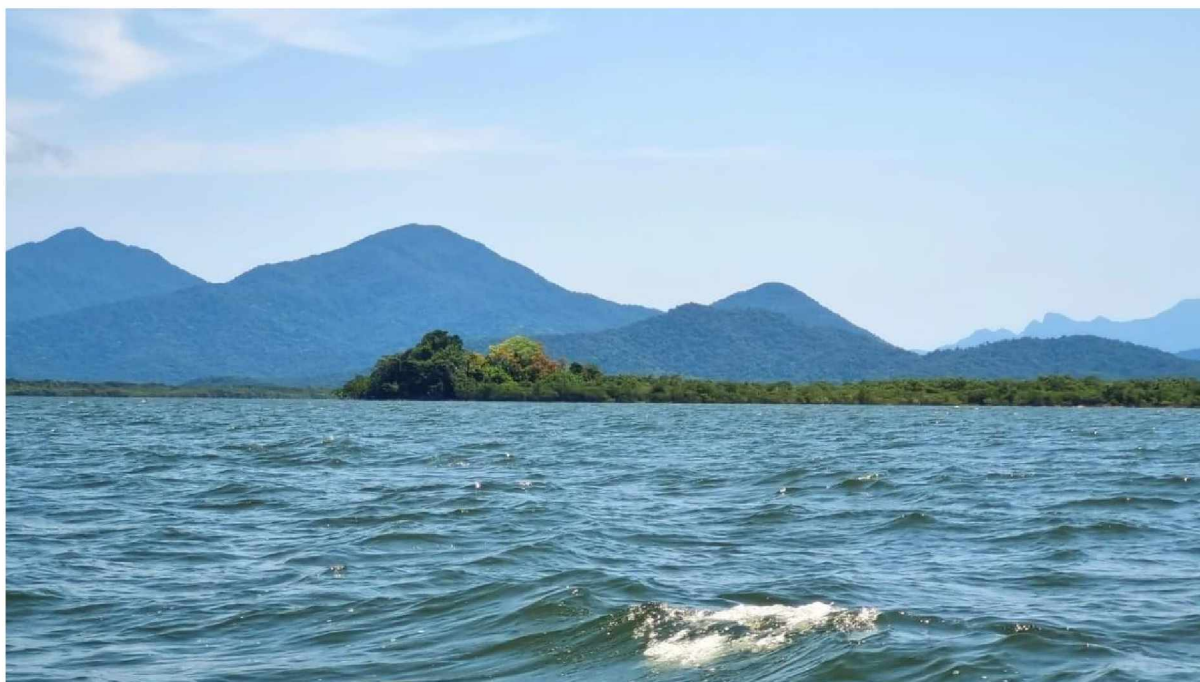
Quando o barco passa em frente a Prainha, logo entra na Baía das Laranjeiras, que banha o território pertencente à cidade de Guaraqueçaba. Desse ponto em diante, é possível observar o começo da Ilha Rasa e, então, pode-se entender o significado do nome dessa ilha no sentido literal. Não há morros na ilha; é uma ilha plana, uma ilha rasa.

Ao se aproximar dessa primeira parte visual da ilha, vislumbramos uma área denominada como Robuquara, que não é habitada, porém, constata-se a presença de sítios arqueológicos (sambaquis) nessa região, mas é possível encontrar essas construções em outras partes da ilha também. Isso indica a possível ocupação dessa região por povos antigos, segundo descrito no decreto que dispõe sobre a implantação da APA de Guaraqueçaba. São sítios testemunhos da cultura dos paleoameríndios, povos que habitaram essas regiões no período geológico denominado Pleistoceno, popularmente conhecida como Era do Gelo.

Quando estamos diante do Robuquara, podemos optar por seguir pela direita ou pela esquerda da ilha.

No registro abaixo, a vegetação apresenta tons mais esverdeados, identificando o ponto então denominado Robuquara.

IMAGEM 13 – ROBUQUARA



FONTE: A autora (2021).

Há muitas áreas de baixios que impossibilitam a passagem dos barcos com a maré baixa. Um pescador acostumado com essa geografia consegue realizar contornos por esse mar sem correr o risco de ficar com o barco preso nas partes secas, sem correr o risco de ficar na parte seca. Seguindo pela esquerda, à nossa direita, passamos inicialmente pelas comunidades de Mariana e Almeida; seguindo adiante, Ponta do Lanço e, finalmente, a comunidade de Ilha Rasa.

Cabe aqui uma observação importante: Ilha Rasa é o nome da ilha num todo, porém, ela possui quatro vilas de pescadores, cada qual com um nome específico (descritas anteriormente), e uma dessas comunidades leva o nome da própria ilha – comunidade de Ilha Rasa.

Quando ainda estamos em frente ao Robuquara, há também a possibilidade de acesso à vila de pescadores seguindo pela direita. Nesse sentido, a primeira vila com a qual teremos contato será a comunidade de Ilha Rasa. Para isso, adentramos em um rio formado pelas margens da ilha e pelas margens da ilha vizinha, conhecida atualmente como Ilha das Gamelas; para os mais antigos, Canudo. Findando o rio, podemos observar a primeira parte habitada da comunidade. Chegamos finalmente ao lugar, à terra, à comunidade onde a pesquisa se desenvolveu: Ilha Rasa.

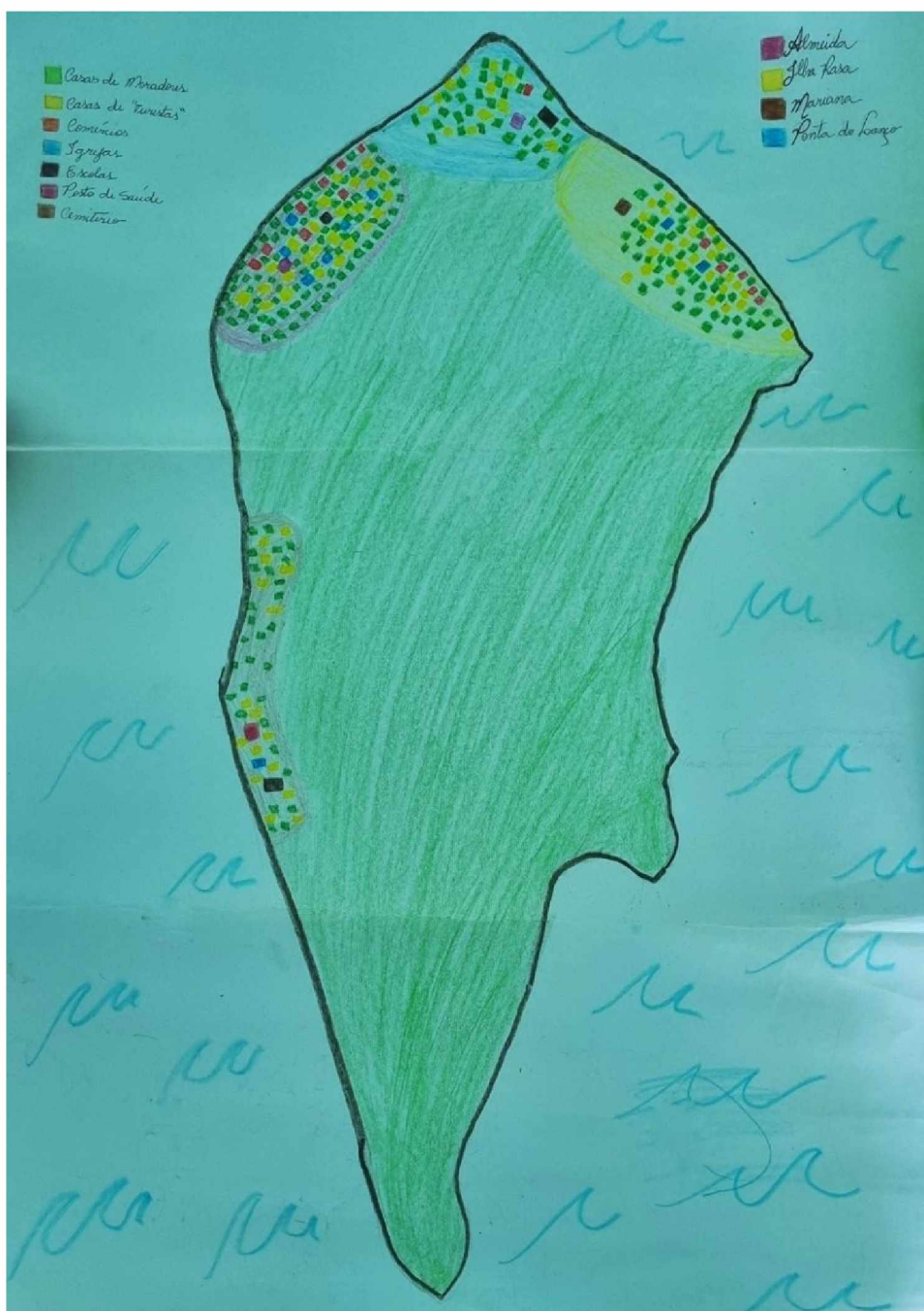
4.1 UMA ILHA RASA – A COMUNIDADE ILHA RASA NO PASSADO E NO PRESENTE – MEMÓRIAS E NARRATIVAS DOS NATIVOS ANTIGOS

A Ilha Rasa está situada entre as latitudes 25°15' S e 25°30' S e as longitudes 48°20' O e 48°30' O. Encontrando-se nos limites da Baía das Laranjeiras, situada ao norte do estado do Paraná. A ilha tem 7 km de comprimento e 3 km de largura. Geograficamente, tem características de planícies e o solo é classificado como arenoso. A vegetação se divide em três grupos específicos: os mangues, a restinga e a Floresta Ombrófila Densa (SPVS, 1999).

Na figura a seguir, a Cartografia Social busca expressar o reconhecimento de características associadas à referência social, utilizando como ponto de partida a experiência de viver nesse ambiente e de ser parte dele. Essa cartografia foi construída a fim de elencar os principais detalhes relacionados aos tipos de construções, assim como as delimitações das comunidades que compõem o

território dessa ilha. A Figura 1 representa as 4 comunidades, ou vilas de pescadores, existentes dentro da Ilha Rasa. É evidente que as ocupações humanas se localizam principalmente nas margens da ilha, isso devido à dependência que essas populações têm do mar. Como a pesca de subsistência é a principal atividade dessa população, suas casas são localizadas mais próximas ao mar, pois as canoas, o principal transporte utilizado na pesca, ficam nos portos protegidos, nos ranchos das regiões entre terra e mar.

FIGURA 1 – DESENHO DA ILHA RASA

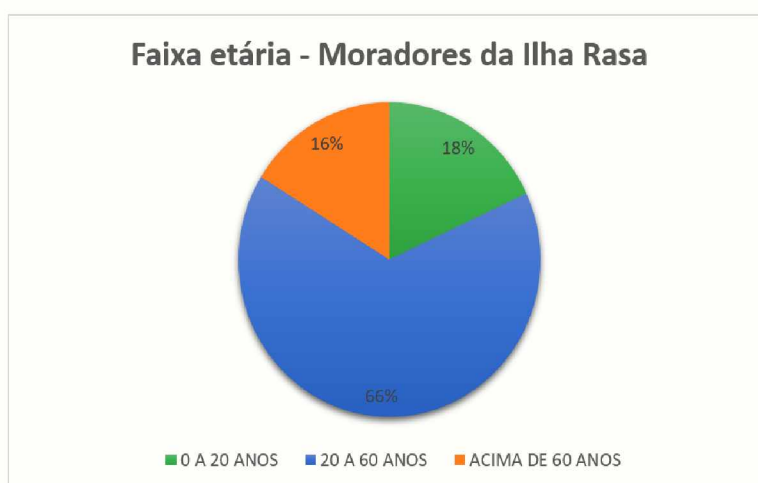


FONTE: NASCIMENTO, SANTOS (2023).

Ao chegar à comunidade Ilha Rasa, dependendo das condições do mar, podemos descer no porto com a maré alta ou no baixio se a maré estiver baixa. De lá é necessária uma pequena caminhada entre o lamaçal e dependendo do período entre os bacucus, até chegar à parte onde vemos as casas dos pescadores.

Referente à população da comunidade de pescadores de Ilha Rasa, há aproximadamente 105 habitantes, de crianças a idosos. O gráfico a seguir representa a distribuição da população por faixa etária até o ano de 2025: de 0 a 20 anos – 19 pessoas; de 20 a 60 anos – 69 pessoas; e acima de 60 anos – 17 pessoas. Os dados são baseados em contagem realizada na própria comunidade.

GRÁFICO 1 – DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO DA ILHA RASA POR FAIXA ETÁRIA (2025)



FONTE: A autora baseada em informações de moradores da Ilha Rasa (2025).

A comunidade é organizada socialmente e houve a formação de uma associação de moradores. Referente às residências, há aproximadamente 93 imóveis na comunidade, sendo 30 propriedades de pessoas que não residem na comunidade.

As casas são, em sua maioria, construídas em alvenaria, uma evidência de como as transformações que ocorrem fora da ilha influenciam alguns aspectos do modo de vida dos nativos.

Em um passado não muito distante, há mais ou menos 8 anos, havia na comunidade apenas 2 pontos de comércio. Esses comércios dominavam também a compra e o deslocamento de pescados da vila para a cidade. As famílias mais

desenvolvidas financeiramente representavam esses pontos. Eram chamados atravessadores, responsáveis por comprar os peixes dos pescadores assim que eles finalizavam a pesca e, em seguida, levavam (atravessavam pelo mar) até Paranaguá para serem comercializados. Como muitos não possuíam a canoa a motor, e tampouco energia elétrica a fim de conservar os peixes, eram obrigados a vender os peixes para os comerciantes locais que, em muitos casos, ficavam com parte do pagamento por esses peixes para abater a dívida que esses pescadores muitas vezes faziam nos comércios, pois compravam fiado. Com o passar do tempo, muitos outros comércios surgiram e se tornaram atuantes nesse cenário.

Na atualidade, outras famílias iniciaram o empreendimento no comércio de produtos alimentícios. Há, hoje, 5 pontos onde há a comercialização de produtos, principalmente os da cesta básica. À noite, esses estabelecimentos funcionam como bares ou lanchonetes. Para a venda dos pescados, atualmente os próprios pescadores, em sua maioria, realizam o traslado dos frutos do mar até Paranaguá, pois com o acesso à tecnologia da canoa a motor, essa prática se tornou algo comum na comunidade.

4.2 O BEM ESSENCIAL – A ÁGUA NA COMUNIDADE

Os relatos das memórias a seguir são de autoria do senhor José França e da dona Abigail dos Santos França, moradores nativos da comunidade, meus sogros e também detentores dos registros fotográficos à seguir.

A energia elétrica chegou à comunidade no ano de 1997, assim como a água encanada, a segunda, sendo viabilizada por intermédio da ONG Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental (SPVS), que até o corrente ano (2025) tem atuado na ilha. A ação na época foi realizada a partir de uma ação coletiva entre moradores, a prefeitura e algumas fundações (SPVS, 1999).

Nesses registros históricos (Imagens de 14 a 16) é possível observar a mobilização na comunidade no dia que foi inaugurado o sistema de abastecimento de água na Ilha Rasa, o qual abasteceria suas quatro comunidades: Almeida, Ilha Rasa, Ponta do Lanço e Mariana.

IMAGEM 14 – PRONUNCIAMENTO DE AUTORIDADES DURANTE A CERIMÔNIA DE INAUGURAÇÃO DA REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA ILHA RASA



FONTE: Acervo da família França (1997).

O evento aconteceu na Escola na comunidade de Ponta do Lanço – Escola Rural Municipal Gabriel Ramos da Silva – e contou com a presença de representantes da ONG SPVS e demais autoridades políticas da sede Guaraqueçaba. A parte inferior da imagem acima, segundo dona Bega (como é carinhosamente chamada dona Abigail), é o registro do pronunciamento do então prefeito de Guaraqueçaba, Noliyuki Ademir Miranda Ussui.

Na Imagem 15 é possível observar a estrutura montada para o evento, que contou com apresentações teatrais além de palestras.

Já a Imagem 16 retrata o secretário da Associação de Moradores da comunidade de Ilha Rasa, José França, em frente aos mostruários em forma de maquete do sistema de abastecimento, desde a sua captação até a sua distribuição na comunidade. No quadro abaixo à direita dessa colagem de fotos está evidenciado o pronunciamento do secretário da Associação de Moradores da Ilha Rasa, na ocasião, o meu sogro, Sr. José França. Segundo o relato do mesmo, na ocasião, ele tomou um pronunciamento por indicação do presidente da associação na época, Morecy Barbosa.

IMAGEM 15 – ESTRUTURA MONTADA PARA O EVENTO DE INAUGURAÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA



FONTE: Acervo da família França (1997).

IMAGEM 16 – ACIMA, PARTICIPANTES DA PALESTRA, À ESQUERDA SR. JOSÉ FRANÇA AO LADO DAS MAQUETES E À DIREITA, PALESTRANDO AOS PRESENTES NO EVENTO



FONTE: Acervo da família França (1997).

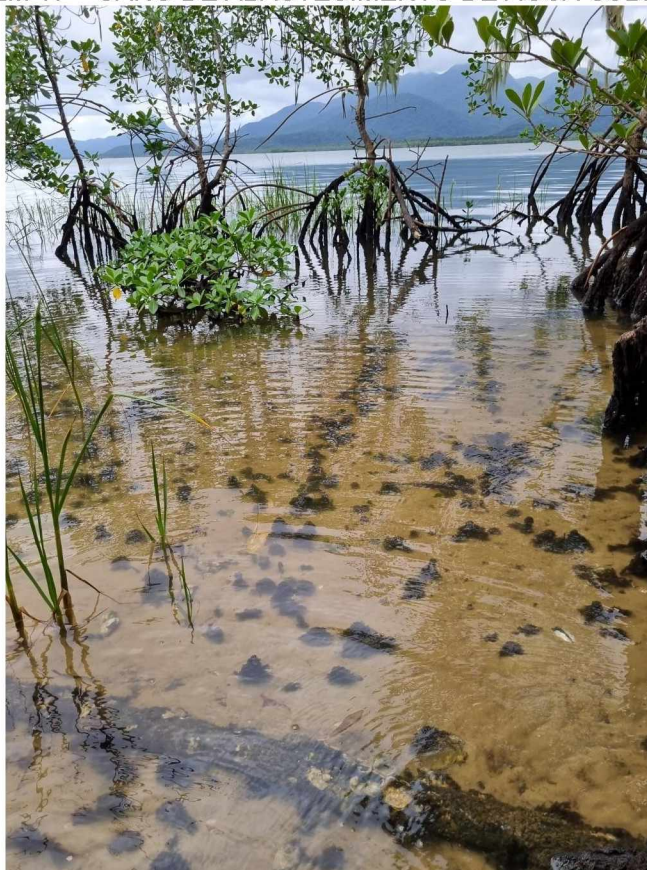
Diferente da atualidade, no passado as famílias que viviam na comunidade tinham água à disposição, porém, para ter acesso a esse bem, era necessário um

pouco de esforço. Segundo o relato das memórias de Odamir Cordeiro Barbosa, meu padraсто, antes de 1997 a água utilizada na comunidade vinha da ilha vizinha – Ilha das Gamelas. Lá era realizada a captação em um ponto específico, denominada Tapetinga. As famílias se deslocavam até lá de canoa a remo e traziam a água em baldes e garrafas.

Embora atualmente haja a distribuição regular da água, o sistema em si apresenta muitas fragilidades, desde a sua captação, que ocorre no morro Caçada, localizado na Unidade de Conservação Reserva Natural do Papagaio-de-cara-roxa, que é gerenciada pela ONG SPVS, até a sua distribuição final. Para que a água chegue até a ilha, existe um sistema de encanamento por via marítima, inaugurado em 1997. O sistema de distribuição se inicia no povoado Almeida e, desse ponto, um encanamento vai para a distribuição em Mariana.

Na imagem abaixo, ao fundo, é possível observar o chamado Morro da Caçada, de onde vem a água. Na parte inferior da foto é possível observar o cano de água submerso em uma porção de mangue na Vila Almeida. Por estar no chão do manguezal, ele se encontra coberto por algas, cracas e ostras.

IMAGEM 17 – CANO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA SUBMERSO



FONTE: A autora (2023).

Na sequência, o encanamento passa do Almeida por baixo da ponte do Rio do Marinheiro, que dá acesso de uma comunidade para outra, e segue para a distribuição no povoado de Ponta do Lanço, onde há uma caixa de armazenamento desativada. Inicialmente, o objetivo da instalação dessa caixa era resolver o problema de abastecimento na comunidade de Ilha Rasa, porém, a capacidade era inferior à necessidade da vila, pois ela comporta 15 mil litros de água, o que gerou outro problema porque quando os 15 mil litros eram consumidos, acabava o abastecimento.

IMAGEM 18 – À ESQUERDA, DETALHE DO ENCANAMENTO NA ILHA. À DIREITA, CAIXA D'ÁGUA DESATIVADA



FONTE: A autora (2023).

A última comunidade a receber o fornecimento de água é Ilha Rasa, portanto, é a região com maiores problemas relacionados à disponibilidade desse recurso para a população. Há muitos casos de falta de água nessa região, principalmente no período em que a presença de mais pessoas advindas de outros lugares é maior, período esse caracterizado como “épocas de festas”.

Como a caixa instalada em Ponta do Lanço não surtiu efeito, para sanar esse problema antigo a Associação de Moradores da comunidade adquiriu uma caixa de água também de 15 mil litros para armazenamento de água a ser fixada na própria comunidade, especificamente no começo da vila (cf. Imagem 18), porém, até o presente momento (março/2025), a caixa não foi instalada.

IMAGEM 19 – À ESQUERDA, CANO DE ÁGUA EXPOSTO, À DIREITA, CAIXA D'ÁGUA NÃO INSTALADA



FONTE: A autora (2023).

As residências dessa vila são quase todas providas de reservatório (caixa de água), pois com as constantes faltas de água, há a necessidade de armazenamento, realidade diferente quando comparado com a comunidade vizinha, Vila Almeida, onde a maioria dos moradores não possui reservatório.

IMAGEM 20 – RESIDÊNCIAS DA COMUNIDADE DE ILHA RASA E SEUS RESERVATÓRIOS PARTICULARES PARA ENFRENTAR A FALTA D'ÁGUA



FONTE: A autora (2023).

Na ilha não há tratamento da água. Há algum tempo algumas pessoas da própria comunidade recebiam uma pequena gratificação para adicionar cloro no reservatório que se encontra na região de captação, no Morro da Caçada. Mas atualmente não há um responsável para realizar esse tipo de ação. O que muitas vezes ocorre é que pessoas da própria comunidade se unem para corrigir problemas que ocorrem uma vez ou outra, geralmente, quando esse problema gera a falta total de água.

A cada ano que passa, o sistema fica mais fragilizado, pois só há reparos em pontos específicos quando necessário, mas não um melhoramento total no sistema. Assim, a comunidade de Ilha Rasa sofre constantemente com as faltas de água, mesmo porque há de se considerar também o aumento da população na ilha, pois quando o sistema foi implantado não havia a quantidade de pessoas que há na atualidade. Outro agravante relacionado à falta de abastecimento ocorre no período do verão, em que uma quantidade maior de pessoas acaba indo para a ilha passar férias, gerando um consumo maior, o que resulta em mais dias sem abastecimento de água, sendo este um problema que aparenta estar longe de uma solução definitiva.

Referente à rede elétrica, desde 1997 a comunidade possui uma rede consistente e a partir do ano de 2021 até 2023, há inclusive o fornecimento de internet de fibra óptica realizada por duas empresas. Antes da fibra óptica, a internet disponível era fornecida apenas pelas operadoras de telefonia ou via satélite.

4.3 ILHA RASA – FESTAS, CULTURAS E O DESAFIO DA CONSERVAÇÃO

Há na vila duas instituições religiosas – igrejas cristãs –, sendo uma delas evangélica e outra católica. A maioria dos moradores da comunidade é praticante do catolicismo e existe um evento anual promovido pela Igreja Católica denominado “Festa de Agosto”, que leva esse nome por ocorrer exatamente no mês de agosto. Nesse evento, que tem a duração de três dias, a comunidade recebe muitas pessoas vindas das vilas vizinhas ou das cidades próximas. Nesse período, há a realização de eventos nos espaços denominados clubes e, atualmente, nos chamados *decks* (bares localizados à beira mar). Referente aos clubes, na comunidade de Ilha Rasa existiam dois espaços onde eram realizados esses tipos

de eventos; atualmente, há apenas um, que se localiza ao lado de um dos campos de futebol.

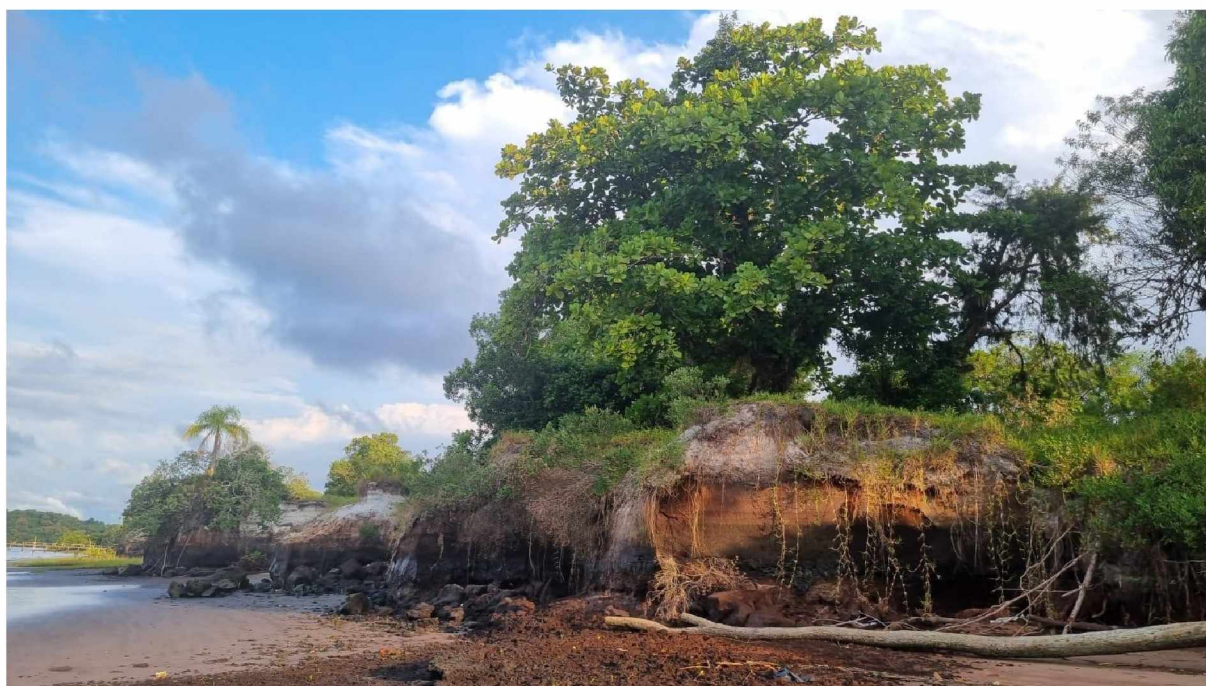
Na comunidade religiosa evangélica as festas acontecem no mês de setembro ou outubro, também gerando a chegada de pessoas de igrejas das outras comunidades. São as festas de aniversário da igreja ou de aniversário do grupo de Jovens denominado “Mocidade”, ou do grupo de mulheres denominado “Círculo de Oração”. Normalmente, as festas têm duração de 2 dias, sempre no sábado e no domingo.

O futebol é uma forma de lazer muito comum na comunidade. Há, inclusive, dois campos para esse fim, onde os moradores realizam a prática desse esporte, geralmente nos fins de tarde nos dias de tempo bom.

O espaço físico da comunidade é bem preservado, pois não houve mudanças significativas na geografia do local nos últimos anos, com exceção da erosão dos barrancos originados pelas chuvas e, principalmente, pelo hidrodinamismo causado pelo mar.

Na trilha, como costuma-se referir-se aqui, pela praia, que liga as vilas Ilha Rasa e Ponta do Lanço, é possível observar como o processo erosivo tem avançado.

IMAGEM 21 – EROSÃO DOS BARRANCOS (MARGENS) DA ILHA RASA



FONTE: A autora (2024).

Em um dos trechos da trilha há um cemitério de uso comunitário localizado no final da Vila Ilha Rasa, que é utilizado não apenas pelas vilas da Ilha Rasa, mas também pelas vilas vizinhas. Logo após esse trecho da trilha já começa a Vila Ponta do Lanço. A erosão está bem próxima da trilha; para quem vai pela trilha no sentido da Ilha Rasa para a Ponta do Lanço, à direita encontramos o mar e à esquerda o cemitério.

IMAGEM 22 – LÁPIDES ANTIGAS PRESENTES NO CEMITÉRIO COMUNITÁRIO DA ILHA RASA



FONTE: A autora (2023).

Há, inclusive, um fato curioso referente ao cemitério presente nesse local: um túmulo com a inscrição de alguns dados, como nomes dos falecidos e anos de falecimento, porém, não há quem saiba a história que envolve essas construções. Nem os moradores mais antigos da comunidade sabem a quem ou a qual família pertence esse túmulo. Existe na comunidade uma família que tem o mesmo sobrenome das pessoas descritas nas lápides desse túmulo, porém, essa família diz não ter relação com a história dessas pessoas supostamente sepultadas na vila.

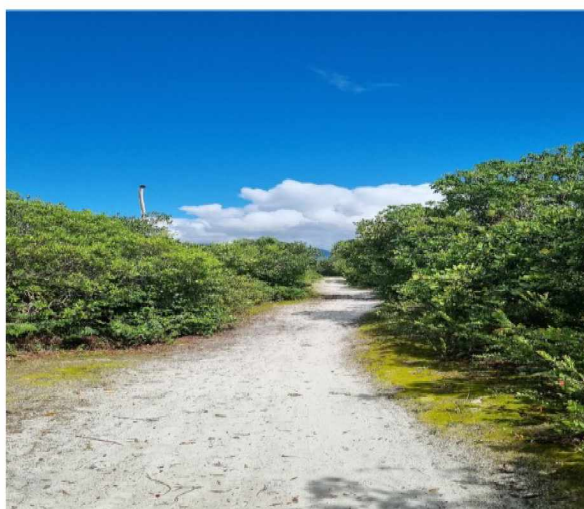
Percebe-se que a família proprietária do túmulo contava com elevado poder aquisitivo, a julgar pelo material utilizado na construção. Além disso, esse é um dos túmulos antigos mais bem arquitetado quando comparado com os demais túmulos antigos próximos a ele, especificamente os que ficam atrás e nas laterais, que se encontram em ruínas e que não é possível sequer identificar os nomes das pessoas que provavelmente foram ali sepultadas.

Conforme apresentado na Imagem 22, é possível observar os detalhes da arquitetura empregada na construção do túmulo. Um fato importante, que faz parte da história do lugar, porém é preciso ser estudado para que os próprios moradores possam compreender melhor esse trecho da história que envolve a sua comunidade.

Abaixo, trilha por via terrestre que permite ir da Ilha Rasa até a Ponta do Lanço, esse é o chamado “caminho da ponta”. Esse caminho, mais do que um trajeto entre dois pontos, carrega a história de quem por ele passou. A cada passo, ele viu sonhos nascerem, desafios surgirem e conquistas se concretizarem. Desde os meus primeiros dias como estudante, com os pés pequenos tentando acompanhar o ritmo da caminhada, até hoje, como professora, guiando novas gerações por esse mesmo solo, ele permanece.

As árvores ao redor não são apenas sombras que protegem do sol, mas testemunhas silenciosas de cada dúvida superada, de cada cansaço vencido e de cada vitória celebrada. O chão, pisado tantas vezes, guarda as pegadas de quem aprendeu e ensinou, de quem caiu e levantou, sempre seguindo em frente. E assim, dia após dia, esse caminho segue sendo mais do que terra e musgos, ele é um símbolo da jornada que continua, um lembrete de que o aprendizado nunca termina e de que cada passo, por mais simples que pareça, carrega o peso de toda uma história.

IMAGEM 23 – TRILHA QUE CONECTA AS COMUNIDADES PONTA DO LANÇO E ILHA RASA



FONTE: A autora (2023).

5 A ESCOLA COM PAREDES

Foi no ano de 2010 que as comunidades escolares de ilhéus do município de Guaraqueçaba participaram da ação que marcou o cenário da educação no campo. Até então, as escolas atuavam como extensões do Colégio Marcílio Dias, localizado na sede, em Guaraqueçaba. Naquele contexto, elas deixaram a classificação de subsede para passar à conquista da sua independência, em outras palavras, autonomia na esfera pedagógica e administrativa. Criaram-se, então, os Colégios Estaduais do Campo na Ilha Rasa, Ilha das Peças, Ilha de Superagui e Tibicanga.

Com a criação, seguida da autorização de funcionamento dessas escolas, o Governo do Estado do Paraná, em conjunto com a Secretaria de Educação e do Esporte (Seed) e o Núcleo Regional de Educação (NRE), tornou possível o atendimento a essa demanda específica. Anteriormente, nessas ilhas havia apenas as escolas municipais, geridas pelas prefeituras; as turmas atendidas eram de 1ª até a 4ª série. A Proposta Pedagógica das Escolas das Ilhas do Litoral do Paraná foi construída no ano de 2009, em conjunto com a Seed/Dedi, a Universidade Federal do Paraná (UFPR) - Setor Litoral e o Núcleo Regional de Educação de Paranaguá (NRE).

Para esse processo houve também participação da Coordenação de Educação do Campo, composta por professores, e de moradores das comunidades (ilhas) onde se localizam as escolas. A proposta obteve aprovação do Conselho Estadual de Educação e segue até a atualidade de forma experimental. Sua organização curricular é definida por área do conhecimento e baseada na organização por eixos temáticos, relacionando os conteúdos estruturantes presentes no currículo da Educação Básica com a realidade do contexto de cada ilha. Houve um momento de formação continuada para os professores no ano de 2010, para que os professores contribuíssem na organização dos eixos temáticos, sendo desenvolvida uma tabela conhecida como “Tabela de Compreensão da Realidade”.

Desde 2010 até 2023, o Colégio Estadual do Campo Ilha Rasa ainda tem atuado com a organização curricular por área do conhecimento, integrando disciplinas em uma área específica. Por exemplo: os componentes curriculares Geografia e História compreendem a área de conhecimento então denominada Ciências Humanas II. O mesmo acontece com outros componentes, ocorrendo a

unificação destes. Assim, o professor que tem formação em Geografia deverá assumir também as aulas de História, pois exemplo, pois elas são unificadas; não há separação.

Essa proposta foi criada pensando em sanar as dificuldades que havia na contratação de professores para as escolas das ilhas, visto que a maioria dos docentes deveria se deslocar das suas cidades para lecionar nas ilhas, com uma carga horária pequena. Assim, muitas vezes o salário poderia não cobrir as despesas, o que desmotiva muitos profissionais a assumir aulas nas ilhas. Porém, com a nova organização, foi possível que o professor assumisse um número maior de aulas, sendo assim, mesmo que um professor tenha formação em apenas um componente poderia assumir as aulas de outro componente, pois estes juntos compreendem a área do conhecimento específico. Pode-se concluir que, por muito tempo, a dificuldade de acesso à ilha dos docentes que vinham de fora foi a principal barreira entre os estudantes e as possíveis práticas educativas efetivas a serem realizadas nessas comunidades.

Referente à estrutura do Colégio Estadual do Campo Ilha Rasa, atualmente é utilizado o prédio da prefeitura em sua maior parte, contendo estas estruturas: cozinha, dois banheiros, além de uma das salas de aula de uso compartilhado entre turmas da Educação Infantil e do Ensino Fundamental I (geridas pela prefeitura do município) e do Ensino Fundamental II e do Ensino Médio (sob responsabilidade do governo estadual). Há apenas 5 salas de madeira que pertencem ao estado, sendo uma das salas dividida entre sala de aula e almoxarifado. As salas são pequenas comparadas aos padrões de escolas encontradas nos grandes centros urbanos. Atualmente, foram construídas rampas para proporcionar acessibilidade a algumas salas de aula. Quando me refiro a algumas é porque o projeto de construção das rampas não contemplou todas as salas de aula. Foram realizadas também pequenas reformas em algumas salas mantidas pelo governo do estado do Paraná.

Sobre o horário de atendimento, o Colégio Estadual do Campo Ilha Rasa atende às comunidades no período matutino e vespertino. No período da manhã funcionam três turmas do Ensino Médio e o último nível do Ensino Fundamental (9º ano); no período da tarde funcionam três turmas do Ensino Fundamental (6º, 7º e 8º anos). Atualmente, conta com um quadro total de 8 professores, 1 pedagogo e 1 diretor. Dos professores, 2 residem da ilha, 1 reside em Paranaguá e os demais residem em Guaraqueçaba. Há, ainda, no grupo de funcionários 1 Agente I e 3

Agentes II, sendo todos residentes na comunidade de Ponta do Lanço.

Atuar em uma escola que serviu como berço do meu desenvolvimento acadêmico é uma experiência inovadora para a minha prática, repleta de significados e memórias. Na mesma sala onde um dia fui alfabetizada, certo momento me vi ensinando sobre divisão celular e ali as memórias quase saltam da minha consciência para o ambiente externo, sendo uma experiência que mostra como a educação pode de fato transformar pessoas.

É como retornar às raízes de uma árvore que hoje floresce, mas que nasceu naquele solo fértil de conhecimento e aprendizado. Cada espaço, cada sala, cada canto dessa escola guarda fragmentos da minha história, memórias de uma jornada que moldou quem sou hoje. Ao pisar novamente nesse espaço, sinto que não apenas retorno, mas também retribuo. É uma troca viva entre o passado e o presente, em que a estudante que um dia fui se transforma em agente de transformação para outros.

Esse lugar, que já foi refúgio, desafio e inspiração, agora me acolhe em uma nova missão: a de ser parte do futuro de tantas outras vidas; assim como um dia foi parte do meu passado, hoje é parte do meu presente.

É um ciclo de aprendizado e gratidão, uma continuidade que transcende o tempo e reafirma o poder da educação como força que conecta, transforma e renova. Ainda que o lugar seja carregado de sentimentos e emoções, concluo que estudantes somos uma vez e aprendizes o tempo todo, mas o ser professor transcende as paredes da escola, pois professores(as) somos em todos os lugares. Onde quer que estejamos ouvimos “professor(a)”; mas é não só pelo ouvir: é a imagem que carregamos, cheia de significados para aqueles que se espelham em nós.

5.1 O ENSINO NOS RECANTOS DA NATUREZA PROTEGIDA

Trarei nesta dissertação a holística da pesquisa, que a partir da análise da experiência de algumas aulas de campo, seguida da pesquisa por saberes dos moradores da comunidade de Ilha Rasa, objetiva compreender a relação existente entre a comunidade e as implicações geradas pela implementação da Unidade de Conservação na comunidade, assim como a relação dos moradores com a natureza atualmente. Após realizada a organização desse conhecimento, buscou-se utilizá-lo

como base para o planejamento de aulas visando às necessidades que podem surgir em sala referentes à temática “Educação Ambiental em Unidades de Conservação”.

Diante dessa realidade, a pesquisa inicialmente identificou os conflitos existentes na Ilha Rasa, especificamente na Vila Ilha Rasa, após a implementação da Unidade de Conservação. A partir desse conhecimento, e sob a luz do processo educativo no Colégio Estadual do Campo Ilha Rasa, a intencionalidade foi tornar os próprios estudantes multiplicadores do conhecimento a partir da aplicação de uma sequência didática. Nessa perspectiva, a sequência didática desenvolvida no processo educativo, além de toda a autobiografia, poderá ser utilizada como subsídio metodológico educacional, possibilitando que os demais educadores do campo utilizem as contextualizações aqui organizadas e expressas.

A comunidade na qual a pesquisa foi desenvolvida é a comunidade de Ilha Rasa, que se encontra em uma área definida como Área de Proteção Ambiental (APA). Nessa comunidade, a pesca artesanal de subsistência é essencial. Morar em uma comunidade tradicional dentro de uma Unidade de Conservação recente tem seus benefícios ambientais, mas também traz desafios, como conflitos ocasionados por políticas de conservação.

Embora enfrentemos muitos problemas ambientais, nem sempre conseguimos ter uma relação harmoniosa. No entanto, essas situações podem ser reconsideradas para beneficiar tanto as pessoas quanto o meio ambiente. Isso pode ajudar os observadores a perceberem a interconexão de tudo. Para os habitantes locais, é importante manter o equilíbrio em seu modo de vida, em linha com o conceito de uso sustentável da área.

Os habitantes desses territórios lidam diariamente com intervenções externas que priorizam a preservação da natureza sobre todas as coisas, desde o controle sobre os métodos de pesca até o domínio sobre as áreas onde podem ou não construir suas casas. Essas intervenções muitas vezes divinizam a natureza “intocada” e, conseqüentemente, não consideram a interconexão entre o homem e a terra.

A abordagem inicial deveria ser uma Educação Ambiental eficaz. No entanto, atualmente, muitas vezes, as palavras são usadas apenas para impor punições, especialmente para aqueles que buscam atender suas necessidades básicas. Uma educação aprofundada, em vez de superficial, poderia reduzir ou até

eliminar comportamentos de não conservação. Se não começarmos por esse caminho, é improvável que alcancemos um modo de vida sustentável e equilibrado em todas as áreas.

6 CENÁRIO GERAL: O SURGIR DOS REFÚGIOS NATURAIS NO BRASIL

No Brasil, no Paraná e especificamente no litoral paranaense, há uma diversidade de áreas ambientais protegidas por legislações específicas. São áreas denominadas Unidades de Conservação (UCs), que devem ser gerenciadas pelas políticas ambientais públicas ou privadas legalmente responsáveis por assegurar a proteção desses espaços. O desafio de gerenciar cerca de 1,5 milhão de km² não é tarefa fácil para o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (Snuc), pois além dos pontos relacionados às dimensões do espaço, há ainda questões ligadas à sua estrutura natural e à composição sociocultural.

A história da criação de áreas protegidas no Brasil remonta ao período colonial, iniciando diante da necessidade de controle sobre o manejo e sobre a ação extrativista desenvolvida no território. Desde a criação do “Regimento do Pau-Brasil”, de 1605, até a escrita da Carta Régia, de 1797, percebe-se a preocupação do império em administrar esses ambientes de forma a evitar a sua utilização como fonte exclusiva e inesgotável de recursos, inicialmente vegetais.

O litoral do Paraná é rico em biodiversidade e conta com um complexo lagunar-estuarino, além da Floresta Ombrófila Densa, mais conhecida como Mata Atlântica. Nessa região há uma quantidade considerável de áreas protegidas (UCs) que envolvem tanto os territórios insulares como os continentais. Algumas dessas áreas protegidas compreendem o território pertencente ao município de Guaraqueçaba, localizado no litoral norte do estado, um território que abrange várias ilhas e grande parte do continente.

O município de Guaraqueçaba se encontra dentro de uma APA criada no dia 31 de janeiro de 1985, sob o Decreto nº 90.883, que recebeu inclusive o nome do próprio município: “APA de Guaraqueçaba”. Nessa APA estão inseridos também outros municípios, como afirma o documento do Plano de Gestão dessa área:

A Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba está localizada na porção norte da Microrregião do Litoral Paranaense. Engloba o Município de Guaraqueçaba e parte dos Municípios de Antonina e Paranaguá, e uma pequena área do município de Campina Grande do Sul, no Primeiro Planalto Paranaense. (PARANÁ, 1995, p. 05).

Por ser uma área extensa, com cerca de 282.446,36 hectares, segundo o Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBIO), há dentro da APA várias outras Unidades de Conservação, são as Esecs, Aries, Parnas, RNS, Resecs, RPPN, entre

outras. Tais áreas fazem parte do chamado Mosaico Lagamar, que envolve inclusive o território do estado vizinho, São Paulo.

Essas Unidades de Conservação muitas vezes se sobrepõem, formando uma espécie de “colcha de retalhos”, em que cada retalho tem o seu próprio sistema de gestão e administração. A denominação “lagamar” se justifica pelo fato de essa região se encontrar em um ambiente de água salgada, pois é banhada pelo oceano atlântico. E o “mosaico” refere-se à diversidade de unidades que estão lado a lado ou sobrepostas.

A APA de Guaraqueçaba possui, dentre tantas outras, a finalidade de promover a proteção da área da Esec, a qual foi instituída anos antes pelo Decreto nº 87.222, de 31 de maio de 1982.

A figura a seguir representa a localização geográfica da APA de Guaraqueçaba, segundo apresentado no seu Plano de Gestão, área escura na região leste do Paraná.

FIGURA 2 – LOCALIZAÇÃO DA APA DE GUARAQUEÇABA



FONTE: Paraná (1995).

De acordo com o Censo Demográfico de 2022, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população do município de Guaraqueçaba, localizado no litoral do Paraná, foi contabilizada em 7.430 habitantes. Comparado ao último levantamento de 2010, esse número representa uma diminuição de 5,6%.

A principal atividade laboral da população que habita esse território é a pesca

artesanal de subsistência e a agricultura familiar. Ao observar, inicialmente, as relações estabelecidas entre esses povos que vivem nas áreas insulares e a criação das áreas protegidas, percebe-se que há ainda muitas dúvidas por parte dos nativos e, assim, iniciam-se conflitos e embates com órgãos que definem as normas para a gestão e o uso desses ambientes.

Nas entrelinhas dessas relações, como na poesia abaixo, traço palavras e ideais, em uma tentativa de tornar a relação mais amigável, de olhar ambos os lados, porém sem condenar as raízes.

Unidades que Conservam

*Sete são os municípios espalhados no litoral
No Paraná, Sul do Brasil, vai de Antonina à
Pontal. Alguns têm as lindas praias, outros
grandes matagais. Alguns povos agricultores,
outros, povos tradicionais. Em toda essa
extensão de terra, banhado pelo atlântico, Os
animais mais diversos se abrigam em seus
recantos.*

*Como um grandioso mosaico, se unem estas
cidades. Cada qual com sua beleza,
esplendores, raridades. O verde que
resplandece, das suas florestas lindas. Torna-
se o maior símbolo, esperança viva ainda.
Áreas de conservação se estendem em cada
cantinho Tem APA de Guaraqueçaba, e os
Parques em Matinhos.*

*A unidade Estação Ecológica, encontramos
aqui também. Reserva Particular do
Patrimônio Natural, por aqui tem. Ouviu falar
em Salto do Morato? É Reserva Natural!
Tem as ilhas Superagui e Peças, também
Parque Nacional. Área de Relevante Interesse
Ecológico; é possível encontrar. São tantas
unidades que conservam que não dá nem pra
contar.*

*Outras unidades mais, encontramos nessas
terras. Belezas tão genuínas, verdadeiras
aquelas. Preservar é o objetivo, respeito a
biodiversidade Essa é a maior herança pra
futura humanidade, Que hoje está sujeita a
voz de um triste movimento,
Que grita: derrubem as árvores! Viva o
desenvolvimento.*

*Embora existam conflitos, a terra está
preservada. As várias leis que a protegem a
mantêm bem conservada. De todas essas
riquezas, algumas se destacam por cá.*

*Além dos grandes manguezais, temos o ninho
dos Guarás. O guará que é ave vermelha, belo
pássaro de bico fino. Vai com o bando
revoando, o céu de vermelho colorindo.*

*E no rol das belas aves, temos uma das mais
elegantes. Come as sementes do guanandi, a
grande árvore exuberante; Pássaro que faz
cricricrácrá, nomeado Amazona brasiliensi,
Chamam aqui de chauá, papagaio-de-cara-
roxa ou ave litoralense. E sempre com o seu
parzinho, cruza os céus em um cantarolar.
Na sua saída ou retorno ao ninho, é lindo de
observar.*

*De todos os animais que existem aqui, é
impossível descrever, A formosura mais pura
e genuína, só mesmo vendo pra conhecer. Em
toda a nossa floresta, milhões de espécies
encontramos.*

*Desde uma bromélia Caraguatá, até uma
araucária vislumbramos.*

*E por causa de toda essa riqueza, se faz
necessário esse cuidado. Aqui do Litoral do
Paraná, para toda a humanidade preservado.*

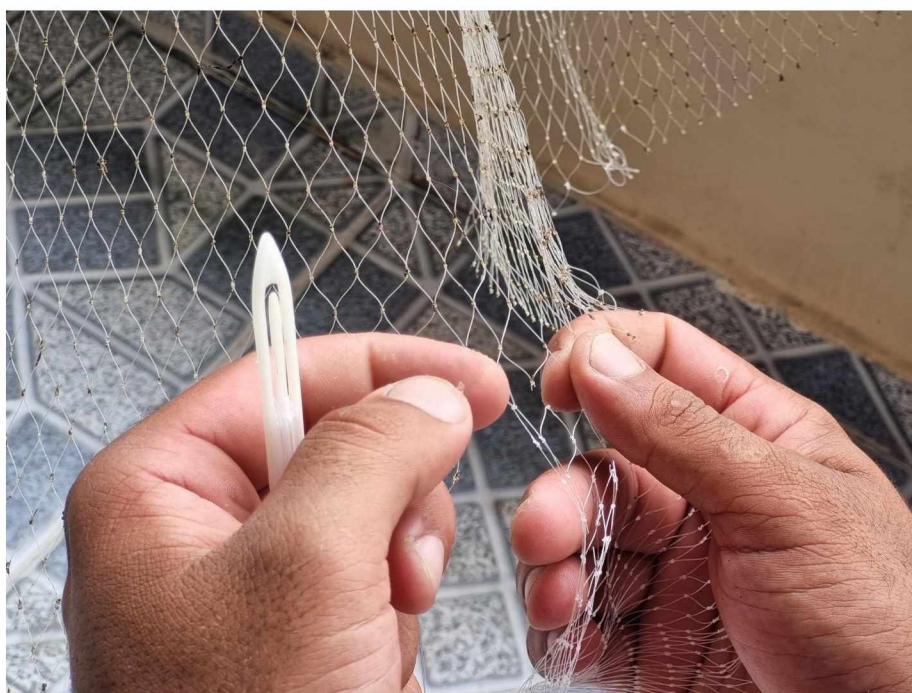
*E viva a terra aqui do Sul, viva essa
preservação. Viva toda e qualquer unidade,
em prol da conservação. Viva a fauna, viva a
flora, e os povos que dela cuidam. Viva a
realidade das culturas que há tempos a
circundam Viva a roça, viva o campo, seja no
sítio ou na cidade.
Viva pra que sempre exista essa rica
biodiversidade.*

6.1 A PESCA ARTESANAL E A ARTE NA PESCA

A pesca de subsistência praticada há tanto tempo na comunidade passa por constantes modificações, principalmente no que diz respeito ao aperfeiçoamento das técnicas de pesca, assim como, dos apetrechos, de acordo com a disponibilidade ou não dos frutos oriundos do mar.

As tessituras das redes, são conhecimentos repassados de geração para geração, jovens da comunidade dominam a técnica, um registro que demonstra como o cultivar mantém, preserva e costura as partes das histórias unificando em um grande pano, cada malha é um tempo, cada nó uma história. Desde os tipos de redes até os tipo de pescarias, em todos esses saberes e fazeres há um conhecimento que não se perde, ele se acumula, e ainda que muitos jovens saiam da ilha em busca de outro tipo de trabalho, ele sempre saberá o que fazer e como fazer se um dia decide voltar para a ilha. No registro abaixo, uma captura em uma tarde, em um momento onde um jovem pescador tece as malhas da sua rede, mais que malhas, planos e esperanças, de lançar a rede e conseguir o fruto cujo produtor é o mar.

IMAGEM 24 – JOVEM PESCADOR TECENDO AS MALHAS



FONTE: A autora (2023).

Ao sair para realizar alguns registros fotográficos dos materiais de pesca, que inclusive dá o título à modalidade de pesca ou mesmo ao próprio pescador – pescador artesanal – havia à beira mar uma moradora que, com sua filha, tinha acabado de passar a rede da canoa para o chão. Ao me aproximar, ainda que me conhecesse, ainda que sendo parente, ao perguntar: “Posso tirar uma foto da rede?”, ela respondeu: “Desde que não seja para nos prejudicar”. Percebi a fala carregada de medo. O registro fotográfico, que era para retratar uma rede, ao mesmo tempo retrata mais do que isso, pois trouxe a imagem do conflito muitas vezes vivenciado por essas pessoas. Conflito que no decorrer do tempo foi acumulado e intensificado, causado muitas vezes pelo simples fato dessas pessoas morarem onde nasceram.

Seja na estrutura da gaiola caiçara ou na tessitura de diferentes malhas, a arte está intimamente ligada a esse povo, que reinventa, modifica, adapta. Seja nas sombras das árvores, pelos ranchos, em garagens de canoas ou às margens do porto encontramos a oficina, outrora escritório do pescador ARTESanal. E no ciclo de uma simples gaiola, se entrelaçam por suas malhas a existência, a persistência e a resiliência do pescador artesanal.

IMAGEM 25 – GAIOLA, APETRECHO UTILIZADO PARA A PESCA DO SIRI OU DO BAIACU



FONTE: A autora (2022).

A Arte da Gaiola Caiçara

*Anda a arte por toda parte O pescador que
assim o diga Nas suas pescas diárias
Cria, inventa, recria e se instiga.*

*Constrói rede, canoa e gaiola Mas essa
última não é comum Essa é a gaiola caiçara
Dos apetrechos de pesca, mais um.*

*Antigamente usavam o puçá Pra pegar o
conhecido siri Mas era meio fraquinho Exigia
mais tempo ali.*

*Já a gaiola caiçara É um tanto diferente É
um tanto ecológica
E despolui o ambiente.*

*Pra fazer essa gaiola Usa um
aro, nylon e garrafa pet Tem também corda de
seda Poucos são os que a conhecem. Pro
pescador soltar a gaiola Tem que já ter visto a
isca
Que são peixes misturinha
Que se vende pros turistas.*

*A gaiola pesca outra coisa, Quando o siri
já está pouquinho
Ele agora vira a isca Pra pescar o
cascudinho.*

*Essa arte caiçara Tem a forma arredondada
Para que ao tirar da água Seja facilmente
puxada.*

*Agora mudou ainda mais Por conta das
biguazadas
Que num mergulho come a isca E a pesca não
rende nada.*

*Um saquinho feito de rede Agora protege a
isca Só entra mesmo o siri
E o biguá então, só belisca.*

*E está lá a gaiola no mar Já está na hora de ir
ver Procura, procura, não acha nada
Mais uma a se perder.*

*Alguém cortou a boia Pode ser proposital,
As boias são bem visíveis No dia de sol ou no
temporal.*

*Ainda fica a esperança
De um dia reencontrar Aquela gaiola preferida
Que deu tanto trabalho pra terminar.*

*Entre uma maré e outra Colocando e tirando a
gaiola O pescador assim vai vivendo
E arte fazendo a qualquer hora.*

NASCIMENTO, Elisandra. II Concurso
Literário-Fotográfico Litoral com Arte – Poesia, Crônica,
Conto e Fotografia. Antologia Litoral com Arte. Pontal do
Paraná, 2ª edição, 1000, p. 01 a 181, março de 2022.

Entre redes e marés, resistências são traçadas; não se pode separar o peixe do mar. Assim é o pescador com o seu modo de ser, de saber e de fazer. Ele é parte dele. Freire (1970, p. 56) dá ênfase a essa relação do ser humano ao afirmar que: “Na medida em que sua atividade é uma aderência dele, os resultados da transformação operada através dela não o sobrepassam. Não se separam dele, tanto quanto sua atividade”. A rede que caça o peixe, o peixe que mata a fome, a vida que se eterniza, o território é a sua redoma. Ninguém rouba, ninguém muda; o agente da história tem liberdade para cultivar, como parte de um todo, mas não qualquer parte: o modo de vida e de trabalho do pescador caiçara, da sua semente gera a raiz.

IMAGEM 26 – À ESQUERDA, REDES DE PESCA, GAIOLAS E VIVEIRO. À DIREITA, REDE DE UMA PESCADORA



FONTE: A autora (2023).

Nota: a imagem à direita se refere ao diálogo registrado na p. 56 entre a pesquisadora e uma pescadora.

A construção da rede é um saber repassado de pai para filho. Começa com um simples fio: dele, faz-se uma malha, sendo necessário nesse primeiro momento realizar uma análise referente ao tamanho da malha que será produzida, assim como do malheiro, que precisa ser de tamanho adequado, proporcional à malha. Então, tem início o processo da técnica, que constroi mais do que um artefato; tece a sua identidade. Na etapa seguinte, passa-se o fio, fazendo-o dar duas voltas em torno do malheiro. Em seguida, a malha tecida, já pode ser retirada do malheiro,

temos a primeira malha. O próximo passo consiste em utilizar o pé do artesão no processo, entra em cena o dedo como suporte da malha já produzida, para então dar continuidade à produção das próximas malhas.

Dependendo da quantidade de malhas é estabelecido o comprimento da rede, cuja medida utilizada pelos pescadores é a braça. Após esses procedimentos, outros materiais são adicionados, como chumbos, boias e demais tipos específicos de fios, e, por fim, chega-se ao final do processo de construção de uma rede: palavra com quatro letras; item com milhares de malhas e infinitas histórias.

6.2 A ARTE DAS CANOAS NA ILHA RASA

De todas as heranças indígenas, o pescador herdou uma que eu não poderia deixar de falar aqui: a arte de produzir a partir de uma árvore um objeto de extremo significado, sentido e utilidade para o desenvolvimento de suas práticas diárias. Para aqueles que decidem viver em uma ilha, o tempo passa a obrigar o morador a obter em algum momento da vida uma forma de transporte; para os mais tradicionais, uma canoa.

Na Ilha Rasa eram produzidas canoas de madeira. Inicialmente, as canoas a remo, sem motorização; mas com a chegada do motor a diesel, a maioria das canoas passou por uma adaptação para comportar a tecnologia então recém-chegada.

O registro a seguir foi realizado no fim de 2017, às margens do Itiberê, onde diversas canoas de madeira ficam enfileiradas como uma pintura natural na praia artificial.

IMAGEM 27 – CANOAS DE MADEIRA ÀS MARGENS DO RIO ITIBERÊ EM PARANAGUÁ-PR

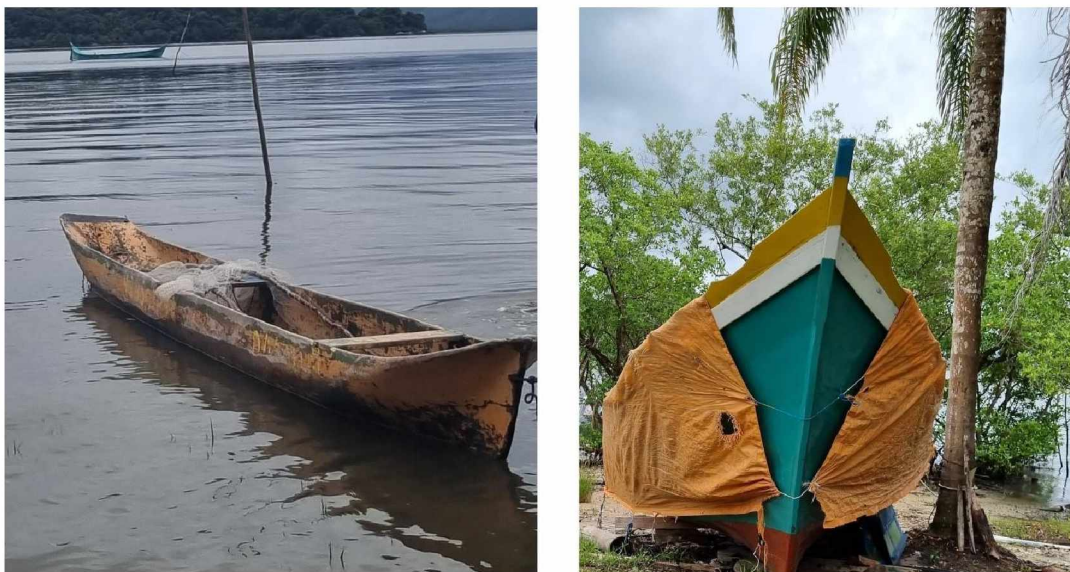


FONTE: A autora (2017).

Um dos principais motivos que levou o pescador a optar atualmente pela modernização da canoa é o fato de que as canoas de madeira são menos resistentes às condições do tempo. Mas nas linhas das poesias vemos que ela por muito tempo resistiu na cultura caiçara.

Na imagem a seguir, pode-se observar, ambas canoas de madeira, à esquerda, as marcas do desgaste geradas pelo uso ao longo do tempo; à direita, as marcas do cuidado resistindo ao tempo e à modernização. Esses registros fotográficos foram realizados no mesmo dia.

IMAGEM 28 – EMBARCAÇÕES DE MADEIRA. À ESQUERDA, CANOA A REMO; À DIREITA, BATEIRA



FONTE: A autora (2023).

Na atualidade, a fibra de vidro, junto com a resina, tem substituído a antiga matéria-prima nas construções das canoas. Muitos pescadores aprenderam a utilizar esse material e a técnica logo se espalhou por várias comunidades.

Na Ilha Rasa há construtores de barcos de fibra, especificamente nas comunidades de Almeida e Mariana, sendo amplamente requisitados para o serviço de construção das canoas.

A evolução ocorreu de forma rápida e inesperada. Com a utilização de novos elementos para a confecção das embarcações, o seu valor também mudou. As canoas de madeira são de baixo valor aquisitivo comparadas às canoas de fibra. Por exemplo: uma canoa a remo de madeira custa, em média, R\$ 1.000,00. Já uma canoa de fibra com as mesmas medidas custa, em média, R\$ 3.000,00.

IMAGEM 29 – CANOAS DE FIBRA. À ESQUERDA, CONFEÇÃO DE UMA CANOA A MOTOR; À DIREITA, UMA CANOA A REMO



FONTE: A autora (2023).

Além da utilidade que a canoa possui como meio de transporte, para pescar, para sair da ilha e para se deslocar para outro lugar, há ainda a sua arte, no sentido da sua forma e pinturas diversas. Atualmente, as pinturas e estilizações realizadas nas canoas têm gerado resultados que não passam despercebidos ao olhar atento de um observador.

Há a técnica de recorte da “meia-lua”, estrutura responsável por girar o leme para a direita ou para a esquerda de acordo com o direcionamento promovido pelo condutor da embarcação. Na meia-lua fica amarrada uma corda e é ela que faz com que o leme vire com a força que o condutor emprega nesse processo. Os pescadores estilizam as canoas de acordo com o seu gosto: uns cortam de forma a criar ondas; outros são mais tradicionais, deixando-as como meias-luas lisas, como eram antigamente.

As pinturas são bem chamativas e, atualmente, para esse processo são utilizados compressores de tinta. Outra questão é que além dos nomes e demais informações que são obrigatórias constarem nas embarcações por determinações da Marinha mediante a Capitania dos Portos, há também a pintura de personagens, fontes de texto diversificadas, bem como cores vivas e intensas. As formas e as cores acabam se tornando um quesito de competição de estilos, em que uma composição acaba desafiando o outro a realizar algo semelhante ou mais criativo.

IMAGEM 30 – MEIAS-LUAS MODIFICADAS, PARTES QUE COMPÕEM O LEME DO BARCO



FONTE: A autora (2023).

IMAGEM 31 – PINTURAS EM CANOAS DE FIBRA



FONTE: A autora (2023).

6.3 A CANOA SEGUNDO A PERSPECTIVA DA CRIANÇA

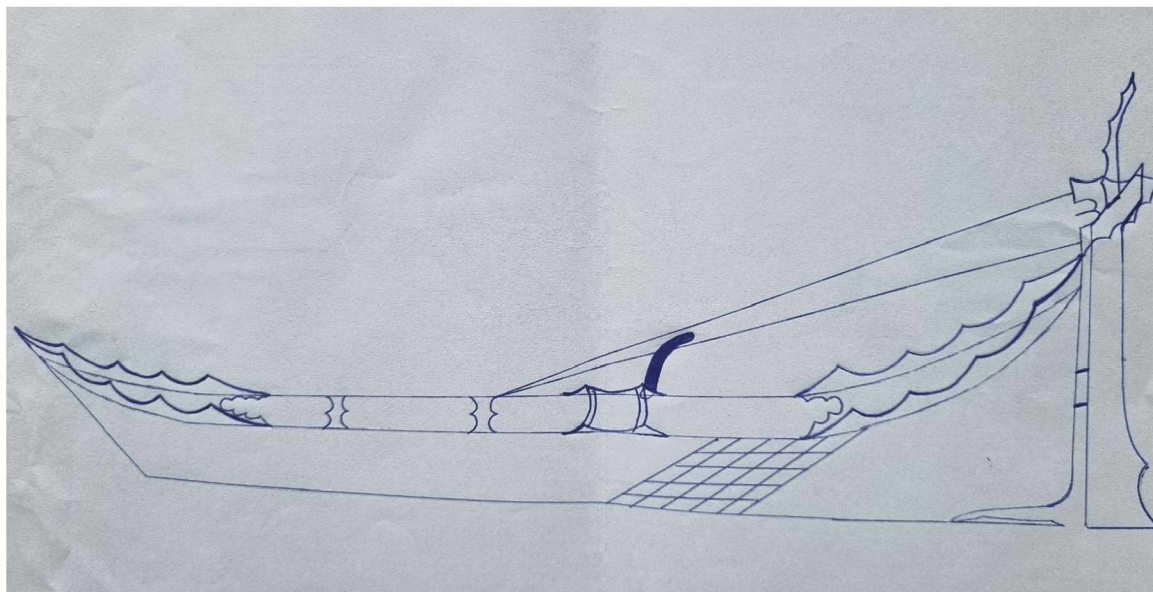
É interessante o fato de que ao olhar os elementos que constituem a nossa cultura, deparamo-nos com detalhes que não são vistos em nenhum outro lugar. É curioso pensar que mesmo na era digital, as presentes ferramentas de busca não são capazes de apresentar esses detalhes; não são capazes de transmitir toda a essência da real existência, tampouco suas nuances, como por exemplo a percepção singela de uma criança ao expressar em simples linhas e traçados como o seu modo de vida a torna parte de toda essa composição. Sendo assim, o nativo é o que ele faz. Ele faz o que transborda dele. E se transborda, é porque outrora ele foi preenchido com todos esses saberes.

Em todos esses anos de prática da docência, muitas vezes os estudantes me presenteavam com desenhos feitos por eles mesmos – crianças do Ensino Fundamental, jovens do Ensino Médio. Como maior expressão do seu modo de vida, retratavam frequentemente a canoa.

Muitas vezes, nos momentos de intervalo entre as aulas, competiam entre eles para decidir quem desenhava a canoa mais bonita, de quem era o desenho mais elaborado. O que conseguia retratar mais fielmente os detalhes de uma canoa real era digno de destaque e muitas vezes esse desenho era colado na parede da própria escola.

Nesses quase dez anos de docência, ainda nos dias atuais, tenho visto como as crianças que frequentam o Colégio Estadual do Campo Ilha Rasa têm dedicado tempo para desenhar e expressar – mesmo que de forma subentendida e, talvez, não intencionada pela criança – a sua essência, a sua identidade de caiçara.

FIGURA 3 – DESENHO DE CANOA A MOTOR FEITO PELO ESTUDANTE MARLON HONORATO, DO 7º ANO



FONTE: A autora (2023).

FIGURA 4 – DESENHO DE CANOA A MOTOR FEITO PELO ESTUDANTE ENZO, DO 7º ANO



FONTE: A autora (2023).

IMAGEM 32 – COLAGEM TRIDIMENSIONAL REPRESENTANDO A CANOA FEITA POR ESTUDANTES



FONTE: A autora (2023).

As imagens 29 e 30 31 são desenhos/esculturas feitas por crianças do Ensino Fundamental, presentes que outrora recebi na minha jornada como professora. São os registros da cultura, marcas da existência de um povo, que como já tenho dito, não faz parte desse espaço, mas é parte dele. A canoa, nesse contexto, não é um elemento que afasta o sujeito do seu espaço, mas que afirma que o sujeito quer estar no espaço, prevalece nesse espaço e se molda segundo a sua necessidade. A canoa é a fiel testemunha de que ele vive nessa terra porque ele é parte dela. A canoa prova que, ainda que ele tenha condições para sair da ilha, escolheu permanecer na ilha. E é essa mesma canoa que vai servir como ferramenta indispensável para que ele permaneça na terra, pois ele precisa dos recursos encontrados no mar para subsistir.

6.4 QUANDO A REDE E A CANOA SAEM DO MAR

Quando os apetrechos de pesca perdem a sua utilidade convencional, passam então a ter outra utilidade na rotina do pescador. Uma rede que antes pescava peixes, hoje serve de apoio (parreira) para sustentar os ramos de uma planta ou, quem sabe, servir como uma barreira entre a horta e os animais que

podem andar sobre ela e danificá-la. Já as canoas, especialmente as de madeiras e denominadas “canoa a remo”, também recebem uma nova utilidade quando saem do mar rumo ao fim da jornada na terra, passando a ser utilizadas como suportes para hortaliças e até compoteiras simples, recebendo toda a matéria orgânica para futuramente servir como suporte.

É difícil para o pescador se desfazer dos seus apetrechos, pois há mais do que o valor material; há um sentimento que os remete a uma importância emocional. Por isso, o material de pesca, além de trazer o sustento do mar, passa a servir como parte do processo de cultivo também na terra. Por trás desse costume percebemos uma herança histórica, visto que as pessoas dessas comunidades colocam em prática hoje o conhecimento que receberam de seus pais, avós e assim por diante. Algo que, na visão deles, sempre foi assim e é natural, normal; não há com o que se admirar. Mas é algo mais do que utilidade do material porque vemos representado parte da cultura desse povo.

Como o sentimento de apreço pelo objeto é tão intenso, o pescador não consegue simplesmente abandoná-lo quando o seu ciclo de utilidade se rompe. Então, ele reinventa. Como na poesia, ele recria, concedendo uma nova função.

IMAGEM 33 – REUTILIZAÇÃO DE ANTIGAS CANOAS A REMO DE MADEIRA COMO DEPÓSITO DE MATÉRIA ORGÂNICA



FONTE: A autora (2023).

Na riqueza dos detalhes consigo perceber como esses elementos se unificam em uma perspectiva única de gratidão e cuidado com itens que são mais

que partes da história, são como partes da própria identidade.

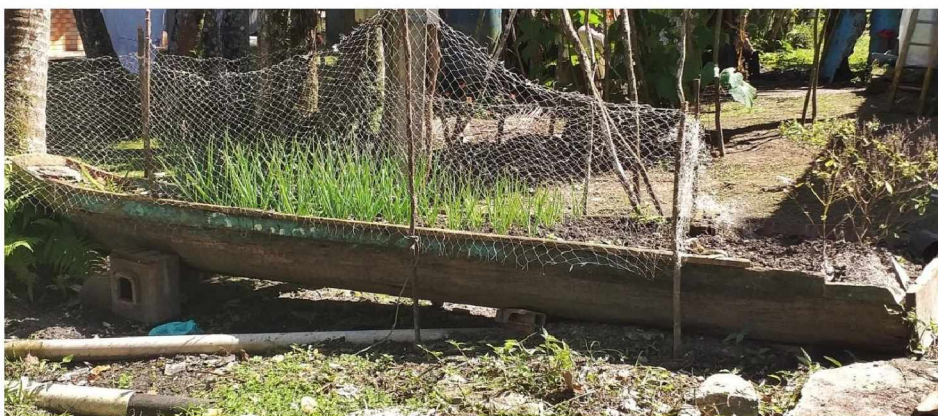
Isso se transforma em subsídios que compõem uma base para o pensamento criativo, em que no momento de planejar as aulas, servem como exemplos em um laboratório vivo: a própria comunidade. Em uma visita simples, por exemplo, os estudantes poderiam vislumbrar a reutilização de uma canoa como uma composteira, se há algo mais entrelaçado para representar homem e natureza, eu desconheço.

IMAGEM 34– REUTILIZAÇÃO DE ANTIGAS CANOAS A REMO DE MADEIRA



FONTE: A autora (2023).

IMAGEM 35 – REDE E CANOA A REMO DE MADEIRA REAPROVEITADOS NA JARDINAGEM



FONTE: A autora (2023).

IMAGEM 36 – REDES COMO CERCAS PARA HORTAS E SUPORTE PARA PLANTAS TREPadeiraS, COMO O MARACUJÁ



FONTE: A autora (2023).

7 METODOLOGIA

Para compreender a metodologia de pesquisa, é necessário entender inicialmente a proposta de Tema Gerador de Paulo Freire. Este questionamento é extremamente necessário, pois, a partir dessa compreensão, será possível desenvolver as próximas ações de estudo e, assim, propiciar a sistematização de novos conhecimentos referentes à temática abordada, que é a Unidade de Conservação. Segundo a proposta do Ensino por Projetos, os temas escolhidos devem emergir da realidade dos estudantes e de sua comunidade, fomentando a interdisciplinaridade e o engajamento ativo. Essa metodologia proporciona a investigação de temas relevantes que possibilitem a construção do conhecimento de forma colaborativa e significativa, alinhada às vivências e às necessidades locais.

Este conceito pode ser relacionado à visão do educador e filósofo Paulo Freire (1921-1997), que dedicou grande parte de sua vida à promoção de reflexões sobre as práticas educativas com significado e sentido. Sensibilização, independência, direitos, emancipação e liberdade são as principais temáticas abordadas na epistemologia freiriana, e seus princípios norteiam metodologias que valorizam a autonomia e a ação transformadora dos sujeitos no processo educativo.

Após toda a reflexão que o curso me permitiu experienciar, desde as primeiras aulas de forma virtual, em um contexto de isolamento social gerado pela pandemia causada pelo SARS-COV-2, até as últimas aulas, onde, por fim, foi possível haver um contato mais humano entre os integrantes da turma e realizar aulas de campo, compreendi como os suportes teóricos possibilitam uma visão a partir de novas perspectivas. Essa reflexão gerou a possibilidade de construir um olhar que integra a pesquisa e os sujeitos da pesquisa como partes interconectadas.

A pesquisa foi desenvolvida ao longo de idas e vindas até Matinhos, Almeida e Ponta do Lanço. A primeira etapa, que serviu como inspiração para todo o processo, foi a aula de campo proporcionada pela disciplina Áreas Naturais Especialmente Protegidas. Nessa oportunidade, o ponto de vista do pesquisador foi exercitado, e, diante das realidades confrontadas por meio de entrevistas e do contato com os diferentes ambientes e Unidades de Conservação, foi possível compreender a amplitude e a complexidade dos saberes que expressam as relações entre homem e natureza. Esse momento também permitiu exercitar a visão de pesquisador a ser aplicada dentro da própria comunidade. De maneira enfática,

pode-se considerar a afirmação: "É preciso sair da ilha para ver a ilha" (Saramago, 2005).

A segunda etapa ocorreu na comunidade de Ilha Rasa. Seguindo o mesmo objetivo da abordagem realizada na aula de campo anterior, esta fase consistiu em coletar dados por meio de registro de memórias e, posteriormente, realizar uma análise qualitativa das informações obtidas. Os relatos posteriores foram elaborados para compreender o ponto de vista dos moradores, especialmente os pescadores caiçaras, sobre o impacto da implantação da Unidade de Conservação no território da comunidade. Essa abordagem busca capturar as percepções locais e as experiências individuais dos residentes, fornecendo valiosas compreensões sobre os desafios enfrentados pela comunidade, assim como evidências atuais sobre a gestão dessa unidade específica.

A terceira etapa consistiu na aplicação prática do conhecimento em sala de aula. Com uma turma do 9º ano do Ensino Fundamental no Colégio Estadual do Campo Ilha Rasa, utilizou-se o tema gerador como metodologia para abordar as Unidades de Conservação. Por meio dessa abordagem, foi possível promover uma reflexão crítica sobre o modo de vida identificado nas memórias da comunidade, transformando as aulas em espaços de construção colaborativa do conhecimento. Essa prática organizou uma sequência didática, onde os estudantes trabalharam coletivamente para desenvolver ideias que conectam os conteúdos aprendidos à realidade local, visando sua aplicação na comunidade.

A pesquisa é do tipo autoetnográfica, partindo do pressuposto de conhecimento dos saberes dos moradores da minha comunidade (Ilha Rasa) acerca da legislação e da gestão da Unidade de Conservação na qual a ilha está inserida. Busca-se compreender o que se observa da gestão dessa unidade, bem como as principais vivências e experiências dos pescadores, nativos, moradores após a implantação da mesma. O desenvolvimento da pesquisa resultou em uma metodologia fundamentada na abordagem de Tema Geradores, integrando as práticas em sala de aula com ações concretas na comunidade. Por meio dessa abordagem, os estudantes se posicionaram de forma autônoma tornando-se protagonistas do processo de aprendizado, a partir dessa autonomia desenvolvendo a capacidade de multiplicar o conhecimento adquirido.

O trabalho consistiu em tratar inicialmente da temática de Unidades de Conservação, partindo da interação e do posicionamento dos estudantes. A

sequência didática foi sendo organizada no decorrer do envolvimento dos estudantes ao longo das aulas, de modo a fornecer subsídios para que os alunos pudessem aplicar o conhecimento em seus conceitos e, ao mesmo tempo, tornarem-se agentes transformadores dentro da própria comunidade. Sobre esse posicionamento, declara Paulo Freire:

Será a partir da situação presente, existencial, concreta, refletindo o conjunto de aspirações do povo, que poderemos organizar o conteúdo programático da situação ou da ação política. O que temos de fazer, na verdade, é propor ao povo, através de certas contradições básicas, sua situação existencial, concreta, presente, como problema que, por sua vez, o desafia e, assim, lhe exige resposta, não só no nível intelectual, mas no nível da ação (FREIRE, 1987).

A necessidade de realizar uma educação centrada no estudante é a base para uma educação de qualidade. Para além da teoria, a prática se torna uma ferramenta essencial, prática essa baseada na ação do sujeito no meio em que ele se encontra. A abordagem a partir dos Temas Geradores promove a partir da realidade do contexto a produção de conhecimentos capazes de abranger múltiplas disciplinas, conectando saberes e realidades em uma educação transformadora.

7.1 O OLHAR DO “EU PESQUISADORA” SOBRE O LUGAR DO “EU NATIVA”

Embora as comunidades da Ilha Rasa não estivessem no roteiro da aula de campo realizada em uma das disciplinas do Mestrado PROFCIAMB, na experiência vivenciada em Setembro de 2022, essa prática trouxe a possibilidade de uma reflexão, seguida de uma análise mais detalhada e ao mesmo tempo comparativa, da minha própria comunidade, porém, o maior desafio para mim foi fazer isso utilizando a perspectiva de pesquisadora.

Pensando na possibilidade de coletar maiores dados, e não levar em consideração somente a experiência de vivência, ainda que imersa no campo da pesquisa, optei por realizá-la nessa etapa inicial, de forma a levar a uma reflexão mais profunda aos nativos da comunidade, a começar pelos pescadores presentes na minha casa, a saber, meus pais. Em um momento de compartilhamento de memórias, as interações norteiam uma conversa. O direcionamento visava sempre uma abordagem mais natural, com uma linguagem simples, nada diferente de como estamos acostumados.

Em outros momentos, foram realizadas conversas com os pescadores que moram desde que nasceram na comunidade de Ilha Rasa, as faixas etárias dos nativos variam entre 49 e 65 anos. Trarei aqui a percepção geral dos nativos sobre o lugar onde vivem, sobre como eles veem a atuação de entidades ambientais, sobre esse espaço físico, sobre como é a relação deles com o que se conhece das diretrizes que regem a Unidade de Conservação APA atualmente, e se há diferença entre como é e como era o modo de vida anterior a essa mudança.

Em suas considerações é difícil em um primeiro momento já ter uma visão geral das suas impressões sobre as temáticas, mas em seguida no decorrer da conversa, percebe-se uma melhor fluidez nas impressões compartilhadas.

Em toda fala, desde os meus pais até os demais moradores, percebe-se como o medo sempre em relação as represálias são comuns, e que antes eram mais livres para realizar as suas práticas de subsistência. Os pescadores não veem as leis como algo bom, mas sim como algo criado para prejudicá-los, como um castigo apenas, algo criado para separá-los do seu ambiente, do seu modo de vida, que por anos se mantém inalterados. Não veem a criação de uma Unidade de Conservação e sim a criação de regras, apenas isso, percebem tudo como uma forma de controle sobre eles. Na conversa, há momentos em que desabafava “antes podia pegar peixe com malha tal, hoje está tudo proibido”, “antes podia cortar vara pra colocar rede, hoje não pode cortar mais nada”.

Percebe-se que a natureza nesse contexto, parece estar sendo separada do pescador, é como se a sua casa lhes fosse tirada, como se todo o tempo de existência e sobrevivência nessas terras não o fizessem tampouco dignos de dela usufruir. Ainda que essa separação na memória do nativo pareça gradativa, cria no moradores um sentimento de incertezas, um sentimento de não compreensão do que pode estar por vir, e nessa perspectiva, muitos acabam por procurar outras alternativas de lugar para viver, ou em certos casos, se veem tendo que enfrentar os conflitos que se apresentam nas mais variadas formas.

Enfim, conclui-se que o nativo, pescador, desconhece a totalidade das implicações das leis, mas as teme como sendo regras que só servem para impedi-los e puni-los de viver o seu modo de vida no ambiente que ao qual sempre fizeram parte.

Como pesquisadora, percebo o quanto é difícil estabelecer critérios para separar percepções e se posicionar diante dessa realidade, não especificamente de

maneira contrária, mas de forma diferente mediante alguns conceitos que se apresentam muitas vezes de uma forma que parecem transmitir a sensação de ferir as nossas raízes e a intenção de nos separar da terra. O olhar do “eu pesquisadora” passa a ser conduzido pelo olhar do “eu nativa” revisitando a minha identidade por uma nova perspectiva, permitindo que a análise transcenda a observação externa e se torne um olhar de dentro, concluo então que a visão do 'eu pesquisadora' é gradualmente moldada e guiada pelo olhar do 'eu nativa', tornando-se uma interpretação mais imersa e sensível à minha própria cultura.

7.2 SUJEITOS DA PESQUISA E SUAS MATERIALIDADES

Por muitas décadas, desde que o modo de vida dos povos que habitam esses territórios começou a gerar interesse nas pessoas que não pertencem a determinadas realidades, “chuvas de pesquisas” começaram a ser realizadas. Em todos esses anos, pude observar, o eu nativo, juntamente com o seu território, volto a ressaltar aqui a integralidade dos dois, passando a serem vistos como parte de uma pesquisa, especificamente no elemento que caracteriza o sujeito da pesquisa.

Como nativa, ao encontrar a definição de objeto de pesquisa e muitas vezes ao ler artigos científicos o termo objeto soa como algo ruim, algo no sentido de sem valor, comparado a algo inanimado. Embora, o sentido específico da caracterização vá muito além disso, quem é pesquisado ao apresentar a sua realidade, muitas vezes carregadas de problemas, espera não só ser um relator da sua realidade, mas espera que, a partir das suas falas, soluções possam ser alcançadas, possam chegar até eles. Por muito tempo como nativa, sem ter conhecimento das funções de um pesquisador, esperei que mais do que simples ouvintes os pesquisadores passassem a ser partes da solução de problemas comuns, inerentes a nossa realidade. Hoje concluo que, por mais que esse não seja o objetivo de um pesquisador no decorrer da sua pesquisa, na visão de nativo, entende-se que muitas vezes o falar por falar, de nada tem valor, muitas vezes nem vêem aquilo o qual fora escrito segundo os seus relatos, e como partes de uma pesquisa, não querem ser estudados, almejam ser compreendidos.

Muitos hoje reconhecem a importância social e científica das pesquisas, muitas vezes podem servir como um registro da história de fato, no sentido de conhecê-la e preservá-la. Vai gerar dados? Sim, gerar respostas para inquietações

do pesquisador? Sim. Porém, mais do que ser transformado em dados, sujeitos ou objetos de uma pesquisa, os nativos buscam por intervenções com sentidos para o seu contexto, não apenas servir por um tempo como uma fonte de ricas informações que servirão para preencher linhas de diversos artigos.

O que reflete maior insatisfação, são os fatos de que muitas pesquisas, tendem a faltar com a idoneidade referente aos dados, os quais acabam por trazer inverdades sobre a realidade a fim de “completar dados”, “gerar respostas”. Sim, inverdades, muitas são as pesquisas que tratam principalmente de assuntos sociais da Ilha Rasa, trazem “fatos históricos” que historicamente nunca aconteceram. Atesta-se isso ao ler esses materiais, cujo objetivo inicial era, além de compreender o que já fora dito sobre o lugar, para não cair em vãs repetições, buscar a compreensão a respeito de como é o olhar dos outros, dos que não conhecem o território, baseando-se nos “dados” obtidos por suas então pesquisas sobre esses povos tradicionais e o seu território.

Diante desse enredo, surge a necessidade de apresentar essa realidade a partir de outros olhos, outra lente, e a partir dessa cosmovisão criar ondulações que direcionam o barco dessa vida a um aperfeiçoamento da prática docente em caráter pessoal, que resultará em impactos sociais significativos em toda a comunidade, visto que, é só a partir da educação que é possível haver transformação. Como afirma Freire: “Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda” (Freire, 2000, p. 31).

7.3 O TEMA GERADOR COMO METODOLOGIA DE ENSINO

Falar em metodologia para um docente pode parecer algo rotineiro, é sempre necessário que o professor se molde segundo a necessidade daquele que atua juntamente no processo de ensino-aprendizagem, é sempre essencial que para cada realidade se aplique uma forma, um método para alcançar os resultados no desenvolvimento de uma educação. As práticas metodológicas surgem como o estar professor. O professor nesse sentido, é a sua prática, a sua prática é a sua ação, sua ação, os desdobramento da metodologia.

Entramos nesse contexto na metodologia proposta por Freire, realizando inicialmente uma reflexão sobre a entrega de Paulo Freire, no que diz respeito a doação de um universo de ideias e ideais, como de alguém que se dispôs e pensou,

estruturou e organizou, uma série de pensamentos, possibilidades de intervenções, como forma de tornar a ferramenta mais significativa no desenvolvimento humano, a saber, a educação, não só como uma parte do processo, mas um processo com significado real, conciso, concreto, pautado em realidades, e não como em contos de fadas. São linhas carregadas de reflexões e de explicações que levam a interpretação das fases reflexivas e como a conclusão é concreta ao final de cada linha de pensamento.

A sua trajetória permitiu que a educação passasse por reformas conceituais, ela veio carregada de sentidos e objetividades verdadeiras. Em sua trajetória, Freire defendeu o conhecimento como um direito e o processo educativo relacionado ao construir da história da humanidade, pautado em direitos e cidadania.

Ao realizar um paralelo sobre sua obra *Padagogia do Oprimido* a realidade das escolas da ilha, chegamos a um processo investigativo, que apresenta o Tema Gerador, ou palavras geradoras como proposta concreta ao contexto dessa educação, nesse contexto de externalização e construção coletiva do conhecimento, o ponto de partida, passa a estar intimamente relacionada às experiências pessoais, e em suas linhas, estabelecem-se reflexões críticas inspiradas nas relações humanas, a saber, entre homens e o meio em que vive.

Tenções entre a construção do saber e o que já foi construído, é uma das propostas do Tema Gerador, aprofundar sob diferentes pontos de vista, um processo de composição na qual cada parte tem em sua singularidade um lugar insubstituível no processo, como as demais partes envolvidas. Deixando evidente a ideia principal dessa proposta, que segundo afirma Freire (1987, p. 62) é: "investigar, repitamos, o pensar dos homens referido à realidade, é investigar seu atuar sobre a realidade, que é sua práxis".

7.4 A PRÁTICA EM SALA DE AULA PÓS PESQUISA AUTOETNOGRÁFICA

Os dados em forma de conhecimento adquirido a partir dessas experiências, serviu para levar a abordagem de uma forma diferenciada para a sala de aula, inicialmente, foi possível planejar e desenvolver uma sequência didática com a temática de Unidades de Conservação. Com uma turma do 9º ano do Ensino Fundamental.

A pesquisa resultou em uma sequência didática, realizada com os estudante

do Colégio Estadual do Campo Ilha Rasa, localizado na comunidade de Ponta do Lanço em Ilha Rasa, atualmente a escola atende estudantes de outras comunidades além das localizadas dentro da Ilha Rasa (Almeida, Ponta do Lanço, Ilha Rasa, e Mariana), as demais comunidade se localizam ao seu entorno, são elas: Tromomô, Taquanduva, Massarapuã e Medeiros. Os estudantes que vivem nessas comunidades ao entorno, acessam a escola por meio do transporte escolar marítimo.

A sequência didática foi realizada com a turma no 9º ano do Colégio Estadual do Campo Ilha Rasa, a qual compreende um total de 16 estudantes. Nessa turma, há estudantes de todas as comunidades, com exceção de Massarapuã. São 2 estudantes de Ilha Rasa, 1 estudante de Ponta do Lanço, 4 estudantes de Almeida, 3 estudantes de Mariana, 1 estudante de Taquanduva, 2 estudantes de Tromomô e 3 estudantes de Medeiros.

Ao todo a sequência foi desenvolvida em 8 aulas. Iniciando com uma proposta a fim de chamar os estudantes a interação a partir do conceito biodiversidade, na finalização do processo os estudante atuaram como multiplicadores de conhecimento a partir de propagação de conhecimentos construídos e compartilhados a partir da sala de aula.

Na primeira aula, apresentou-se aos estudantes o tema Biodiversidade, seu conceito, assim como, a importância da sua conservação, para isso, utilizou-se como ponto de partida o questionamento sobre o que os estudantes conhecem sobre o tema, assim como o que significa literalmente o termo. Em seguida apresentou-se os três níveis na qual se divide a biodiversidade, a diversidade genética, orgânica e ecológica.

Referentes às questões ecológicas, foi abordado a importância do Brasil como guardião dos recursos hídricos e da maior biodiversidade do planeta Terra, sendo classificado assim, como responsável por abrigar um dos maiores patrimônios naturais do mundo. Como recurso metodológico para essa aula, utilizou-se a TV e apresentação de slides com a ferramenta Apresentação do Google. Foi possível estabelecer as conexões entre teoria e contexto, mediante as diferentes localizações de moradias dos estudantes, como a maioria vive em áreas de conservação, áreas de contato direto com a natureza, percebe-se a íntima relação de homem e natureza pautada em experiências práticas dessas comunidades representadas pela pessoa do estudante.

Na segunda aula, a partir dos conhecimentos adquiridos na aula anterior, iniciou-se a abordagem do tema Unidades de Conservação, inicialmente perguntou-se aos estudantes “o que você conhece por Unidades de Conservação?” As respostas dos estudantes foram diversificadas, e foram desde “é uma casinha onde coloca o lixo” até “serve pra preservação”. Após as falas iniciais, começamos o processo de contextualização, para que a partir da realidade dos estudantes eles pudessem se apropriar de um conhecimento com objetividade e sentido. Para isso, apresentou-se um mapa que apresenta as delimitações de algumas Unidades de Conservação localizadas no litoral do Paraná, especificamente, as Unidades presentes nos entornos do município de Guaraqueçaba.

Solicitou-se em um primeiro momento que os estudantes localizassem sua comunidade no mapa. Percebeu-se a dificuldade que os mesmos encontraram para se situar no mapa, precisando da ajuda do professor para identificar a localização da sua comunidade no mapa.

Em seguida, solicitou-se que os estudantes identificassem onde haviam inscrições que poderiam ser definidas como Unidades de Conservação. Nesse ponto, eles tiveram menos dificuldades, visto que, as inscrições (nomes das unidades) no mapa eram bem evidentes, destacadas com cores diferentes. Porém, foi somente por esse motivo que foram capazes de identificar, visto que até o momento ainda não havia sido abordado os conceitos referentes às diferentes Unidades, assim como, qual a sua categoria específica.

Logo na sequência, foram apresentadas as características das categorias nas quais se dividem as Unidades de Conservação, e quais áreas se encaixam em cada categoria específica, além de ressaltar qual as características gerais do sistema (Snuc) responsável por reger as leis que objetivam a conservação dessas áreas protegidas, e abordado ainda os principais documentos e demais órgão responsáveis em gerenciar cada uma delas.

Em seguimento, voltando para a exibição do mapa, apresentou-se as características das Unidades de Conservação encontradas no município de Guaraqueçaba, agora com uma percepção mais ampla, no sentido de conhecer os nomes das Unidades desse território, como elas se classificam, e quais as suas características gerais, o que pode e o que não pode ser realizado no tipo específico de área preservada, as unidades abordadas foram, o Parque Nacional de Superagui (Parna), a Estação Ecológica de Guaraqueçaba (Esec), a Reserva Particular do

Patrimônio Natural do Salto do Morato e do Sebuí (RPPN), Reserva Biológica Bom Jesus (Rebio) e a Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba (APA).

Na terceira aula desta sequência, os estudantes começaram indagar quais são os principais problemas enfrentados pelos pescadores, o medo constante da Força Verde, no mar e no mangue, e nesse contexto, sobre esse conflito específico, uma estudante muito intrigada indagou, “Professora, e se fosse feito um laço biodegradável?” É possível perceber aqui a preocupação externada pela estudantes, tanto em assuntos relacionados a conservação da natureza quanto na relação entre pescadores e polícia ambiental. Nesse caso, a compreensão da estudante frisou a ideia de proibição devido aos resíduos que ficam dispostos nos manguezais, se transformando em microplásticos no ambiente marinho.

Porém, ressaltou-se que o problema do uso do lacinho, não diz respeito apenas a contaminação do ambiente pelos resíduos acumulados, mas sim pela indiferença na captura, pois o laço em si, não faria distinção de fêmea ou macho, grande ou pequeno, porém, o que se relatou é que os pescadores realizam a distinção de tocas entre as tocas de fêmeas e machos, e se por acaso uma fêmea cair na armadilha, ou um caranguejo menor do que o estipulado por normas, os próprios pescadores realizam a retirada desses animais do laço, seguido da sua soltura.

Outra situação seria referente a quantidade de animais que são capturados com os laços, apontando para uma “pesca extremamente predatória”. Referente a captura de fêmeas, entende-se que a sua captura e comercialização são proibidas, sendo assim, não é conveniente para os mesmos a sua captura.

Porém, a partir dessa aula foi possível reorganizar as próximas aulas dessa sequência visto que os estudantes estavam realmente trazendo conceitos da sua realidade e envolviam-se pois para aquilo que é um problema, foram impulsionados a procurar uma solução.

Na quarta aula desta sequência, os estudantes se sentiram motivados a conhecer mais sobre as leis que regulamentam as Unidades de Conservação, formaram grupos e foram instruídos a realizar uma pesquisa na internet, referente a uma determinada Unidade de Conservação (eles puderam escolher sobre qual unidade pesquisariam) presente no território de Guaraqueçaba, a fim de realizar uma pesquisa mais aprofundada, cujo objetivo era destacar as características da Unidade referente a legislação e as características da fauna e flora desta área

protegida.

Os estudantes foram deslocados da sala de aula até o laboratório de informática a fim de procurar maiores informações em sites e demais arquivos online. Para auxiliar o processo de pesquisa, foram disponibilizadas algumas perguntas norteadoras, abaixo, a lista de perguntas que auxiliou os estudantes no processo de pesquisa.

- 1) Qual a categoria da UC escolhida?
- 2) Qual é o principal objetivo dessa unidade de conservação?
- 3) Qual a data em que a área foi estabelecida como uma UC?
- 4) Há registro histórico de sua implementação? Houve conflitos?
- 5) Qual é sua área total aproximadamente?
- 6) Qual é a vegetação predominante nessas unidades?
- 7) Quais as principais espécies da fauna e da flora nela ocorrem?
- 8) Há comunidades tradicionais localizadas em seu interior ou em seus entornos?
- 9) Quais são as principais ameaças à manutenção de sua biodiversidade?
- 10) Há incentivo ao turismo, recreação ou educação ambiental na unidade?

Ao finalizar a pesquisa, em posse dos dados, os estudantes foram orientados a realizarem o registro e a organização das informações em slides para a apresentação para toda a classe. Cada grupo ficou responsável em apresentar os dados da pesquisa.

Ao todo foram formados 4 grupos, cada grupo se responsabilizou pela pesquisa e estudo de uma Unidade de Conservação.

Na quinta aula, os estudantes puderam realizar a apresentação dos dados obtidos na pesquisa. Vale ressaltar aqui, que a lista de perguntas foi apenas um auxílio para os estudantes direcionarem a pesquisa, porém, eles poderiam adicionar demais dados que viesse a achar conveniente.

Na apresentação, a maior dificuldade dos estudantes foi vencer a timidez, muitos no começo não queriam tampouco se deslocar até a frente para a apresentação, porém, foram superando aos poucos, de acordo com o andamento das apresentações. Outra dificuldade foi em relação aos dados não obtidos na pesquisa, alguns grupos demonstraram dificuldades em encontrar certos conhecimentos, especificamente nos pontos relacionados a legislação, como por exemplo, o plano gestor da unidade específica e os decretos ou leis que instituíram algumas das unidades, isso porque o conhecimento deles é mais prático, baseando-

se no seu contexto de vida, é um conhecimento que gira em volta do seu modo de vida, não são categorizados, divididos, estabelecidos em linhas regulamentares instituídas muitas vezes por quem nem sequer sabe que existimos.

Uma característica importante notada na apresentação, relaciona-se com a familiaridade dos estudantes quando retratado alguns seres vivos da fauna marinha, alguns grupos apresentaram inclusive receitas de pratos que podem ser realizados utilizando os frutos do mar. Conhecimento cultural próprio deles.

Outros, utilizaram inclusive vídeos onde o destaque foi para a paisagem comum na região, assim como a som produzido pelas canoas utilizadas nessa região.

Um dos grupos que se responsabilizou em pesquisar sobre a RPPN de Salto do Morato, encontrou informações onde dizia não haver conflitos na implementação da Unidade de Conservação, fato retificado, pois segundo a pesquisa de campo realizada outrora como estudante do mestrado, os moradores da região onde fora implementada a unidade, demonstraram grande repulsa ao fato, assim como, as consequências que isso causou no seu modo de vida, pois quando a terra foi comprada os moradores foram expulsos. Para conhecimento, utilizou-se a memória o qual guardei referente a fala de um dos moradores daquela região onde dizia “ai eles vem de lá, querer preservar o que já preservamos”. Ao ouvirem o compartilhamento dessa memória os estudantes se manifestaram de forma a aprovar o posicionamento do nativo daquela região, visto que, é uma realidade que em muitas situações se reflete na nossa.

Após finalizada as apresentações, foi aberto um momento para dialogar sobre a importância dessas unidades para esse território.

A partir da apresentação da Unidade de Conservação APA de Guaraqueçaba, realizou-se alguns questionamentos aos estudantes, pelo fato de a maioria dos estudantes dessa turma viverem atualmente em ambientes que fazem parte da APA de Guaraqueçaba, fez-se necessário após todo o conhecimento adquirido ao longo das aulas anteriores, saber quais seriam as percepções desses estudantes, como por exemplo, se eles compreenderam o que era conflito, e mediante essa definição, se eles observavam em sua comunidade no seu dia a dia, algum tipo de conflito entre a comunidade e a implementação da unidade em si. Como a maioria desconhecia o fato de viver em uma área protegida, não conseguiram em um primeiro momento estabelecer essas relações, mas

posteriormente, surgiram relatos que percebia-se o direcionamento que os estudantes realizavam mediante a análise da realidade..

As relações então estabelecidas, mostrou que os pescadores (pais dos estudantes) apresentam alguns problemas principalmente relacionados aos órgãos ambientais, que muitas vezes acabam por pressionar além da necessidade essas pessoas, segundo relatos das análises dos estudantes.

Para a realização dessa etapa, foram utilizadas duas aulas, a quinta e sexta aula. Na primeira aula, em conjunto com o professor os estudantes realizaram um roteiro de perguntas que seriam direcionados aos moradores da comunidade inicialmente onde seria realizada a aula de campo, nesse caso, Almeida. Em seguida, após organizado o roteiro de perguntas sobre o conhecimento dos moradores a respeito do tema abordado, assim como demais questões relacionadas com o meio ambiente e sua conservação.

Para Paulo Freire (1987) diz que quando o sujeito atua como parte responsável pelo ato da investigação de um tema de seu contexto, maior será o seu aprofundamento, intensificando o processo de conscientização, segundo a problemática da sua realidade, e ao explicar no campo investigativo um determinado tema, mais se aprende sobre ela.

Para a atividade de saída de campo, mantiveram-se os grupos da apresentação inicial, cada grupo deveria entrevistar no mínimo 4 moradores. Passados 30 minutos da primeira aula, os estudantes saíram da sala de aula partindo rumo a uma pesquisa de campo, saindo da escola localizada na Ponta do Lanço, em aproximadamente 10 minutos a pé, chegamos a comunidade vizinha Almeida.

Optou-se inicialmente realizar um resgate de memórias a começar por Almeida visto que, parte dos estudantes dessa turma, são dessa comunidade. Em um primeiro momento, percebeu-se a dificuldade dos estudantes em abordar um morador para resgatar memórias (insegurança e timidez) porém, após finalmente conseguir realizar a ação com um morador, logo conseguiram direcionar melhor a conversa.

Para registro das respostas, os estudantes utilizaram o caderno para anotações nesse sentido, se organizaram de forma que enquanto um conversava com o pescador, outro realizava anotações. Nessa etapa do processo de apropriação do saber, internalização do conhecimento, os estudantes puderam atuar

como protagonistas, pois um dos requisitos, era que quando algumas respostas alegam desconhecimento de alguns temas específicos, os próprios estudantes pudessem atuar como multiplicadores de conhecimento, atores de transformação da própria comunidade a partir da sua realidade. Pois os temas abordados, foram antes trabalhados e aprofundados em sala de aula, buscando sempre relacioná-los com o que é parte do contexto desses estudantes.

Na sexta aula, partindo do que foi realizado na aula anterior, os estudantes foram indagados sobre quais as percepções tiveram da experiência, em um primeiro momento, alguns dos estudantes citaram que muitos moradores, pescadores ao serem convidados para um compartilhamento de memórias não compreendiam o que vinha a significar alguns conceitos, como por exemplo, "entidades ambientais" e "resíduos sólidos", ao se referirem aos órgãos ambientais, e aos resíduos (lixos) encontrados na comunidade, outro ponto observado por eles, foi relacionado a pergunta sobre conhecer ou não o que era uma Unidade de Conservação, onde a maioria respondia apenas "sim" não prestando maiores informações, levando os estudantes a acharem que isso poderia ser um indicativo de desconhecimento.

Outro ponto, diz respeito ao que poderia ser feito para ajudar os pescadores, como um dos problemas citados fora o uso do lacinho (armadilha) utilizada na captura do caranguejo-uçá (*Ucides cordatus*), uma das sugestões dos pescadores seria a sua "liberação" visto que atualmente essa é considerada uma prática ilegal, segundo a portaria a Portaria IAP/GP nº 180/2002 estabelece diretrizes para a conservação do caranguejo-uçá (*Ucides cordatus*), determinando restrições à sua captura e comercialização em determinadas condições, com o objetivo de proteger a espécie e garantir a sustentabilidade ambiental. Ainda nessa aula, os estudantes passaram pelo processo de realização da organização das ideias, no que diz respeito à síntese de tudo o que foi realizado na saída de campo na forma de relatório. Estipulou-se um limite mínimo de 15 linhas, para que nelas os estudantes colocassem as observações, percepções e pontos relevantes segundo a sua própria perspectiva a respeito das falas dos moradores da comunidade de Almeida registrada na saída de campo. Os estudantes realizaram os relatórios e apontaram algumas de suas impressões sobre a experiência prática.

Na sétima e última aula desta sequência, os estudantes em posse das informações, decidiram realizar a criação de um panfleto, utilizando a plataforma Canva, desenvolveram um material informativo de fácil compreensão, "linguagem

acessível" como parte do processo de propagação do conhecimento. Após realizada a criação do panfleto o próximo passo foi a distribuição dos mesmos na comunidade onde fora realizada anteriormente a pesquisa de campo pelos próprios estudantes.

IMAGEM 37 – FÔLDER PRODUZIDO PELOS ESTUDANTES SOBRE PESCADOR ARTESANAL E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO



FONTE: A autora (2023).

Nesse processo, os estudantes atuaram como protagonistas no processo de construção do conhecimento na comunidade.

Na última aula desta sequência, os estudantes desenvolveram um panfleto utilizando a plataforma Canva, foram selecionadas informações que descreviam o que é uma Unidade de Conservação, suas categorias, as características que a APA possui. A conservação da fauna mediante o período de defeso, a conservação da flora, destacando as vegetações presentes nesses locais como por exemplo a mata atlântica e os manguezais, o panfleto trouxe ainda o conceito de sustentabilidade, estabelecendo relações entre todos esses conceitos.

Os estudantes tiveram a ideia de criar um QR code, no final do panfleto ficou disposto o QR code, que objetiva prestar aos pescadores da comunidade maiores informações sobre os conceitos abordados no material impresso, ao acessar o QR

code, as pessoas são direcionadas para uma página onde podem escolher saber mais sobre três temas específicos: Unidade de Conservação, Períodos de Defeso e APA de Guaraqueçaba. Esses links direcionam para sites do Governo Federal prestando maiores informações acerca das legislações referentes a esses assuntos.

Após finalizado o panfleto, foi realizada a impressão e a distribuição do mesmo na comunidade onde fora realizada o resgate de memórias anteriormente, os estudantes atuaram como multiplicadores do conhecimento adquirido ao longo da sequência didática, vale ressaltar que a abordagem do tema foi centrada no relação entre o educando e o seu modo de vida, a sua realidade. Além da entrega, eles também realizavam o processo de propagar esse conhecimento a partir da conversa ao entregar os panfletos.

Nessa perspectiva, faço das palavras de Paulo Freire as minhas palavras, quando ele se refere ao processo de sensibilização das pessoas escrevendo:

[...] toda investigação temática de caráter conscientizador se faz pedagógica e toda autêntica educação se faz investigação do pensar. Quanto mais investigo o pensar do povo com ele, tanto mais nos educamos juntos. Quanto mais nos educamos, tanto mais continuamos investigando. (FREIRE, 1987, p. 65).

Cada integrante do processo, todos, sem distinção, fazem parte da holística da investigação, os dados, serão tratados como blocos do conhecimento, para suprirem as perguntas problematizadoras, e mais do que respostas, serão fontes infinitas de sentido para o contexto do todo.

A pesquisa pode permitir uma compreensão mais ampla acerca do que foi estudado. A vivência nesse ambiente, dentro desse modo de vida, permitiu desde muito cedo perceber a natureza de uma forma diferente, e como o passar do tempo, a interação com esse meio, nos torna parte do todo.

A partir da sequência didática construída no decorrer do processo foi evidente a mudança de perspectiva estabelecida pelos estudantes, nessa experiência, puderam conhecer a partir do seu contexto, e propagar o conhecimento dentro da sua própria comunidade de forma integrada e sem causar estranhamento na população nativa, visto que, quando são pessoas estranhas que vêm na comunidade para sondar qualquer tipo de informação ainda que sem interesse acadêmico, o nativo já fica com “um pé atrás”, ou seja, fica desconfiado pensando que qualquer coisa dita, poderá prejudicá-lo.

7.5 DE VOLTA À TURMA: QUAIS AS IMPRESSÕES DOS ESTUDANTES SOBRE A AÇÃO REALIZADA APÓS ALGUNS MESES?

No dia 28 de agosto de 2024, foi realizada uma roda de conversa com os estudantes, onde o objetivo principal foi observar quais as impressões que os estudantes tiveram após a ação desenvolvida na escola e propagada na comunidade.

Inicialmente, foi perguntado aos estudantes se eles se recordam do trabalho desenvolvido no ano anterior. De imediato, percebeu-se que eles listaram diversas atividades, e dois estudantes mencionaram, especificamente, o trabalho sobre Unidades de Conservação. Ao serem questionados sobre o significado de uma Unidade de Conservação, suas respostas foram significativamente diferentes das fornecidas durante as primeiras aulas realizadas no ano anterior. As respostas incluíram: "tem a ver com preservação", "não pode matar nenhum animal", "não pode derrubar nenhuma árvore". Em seguida, perguntou-se se eles lembravam das categorias em que as Unidades de Conservação são divididas. As respostas foram: "tem as que não pode pescar, tipo Ariri, lá não pode tirar caranguejo" e "tem os lugares que podem extrair as coisas, mas sem ser em excesso". Ressaltou-se que as categorias são divididas entre Uso Sustentável e Preservação Integral.

As etapas da sequência de aulas, especialmente as saídas de campo, foram lembradas e bastante mencionadas. Perguntou-se sobre as impressões dos estudantes a respeito do conhecimento construído ao longo do processo, bem como sobre suas experiências ao compartilhar esse conhecimento com moradores, pescadores e outros nativos das comunidades onde vivem. Eles expressaram que a maioria das pessoas não conhecia as leis ou outros aspectos do conhecimento adquirido. No que diz respeito às dificuldades enfrentadas para exercer a pesca, as respostas mais comuns incluíram questões climáticas e embates com a polícia ambiental.

Sobre possíveis soluções para ajudar os pescadores, citaram a liberação do uso do laço para captura. Questionados sobre o motivo da proibição do laço, responderam que era devido às toxinas liberadas pelo plástico no ambiente marinho. Outro estudante mencionou que o laço captura fêmeas, mas estas não são comercializadas. Ao serem perguntados sobre o que é feito com as fêmeas capturadas no laço, responderam que elas são soltas, explicando que, se não

fossem, não haveria mais caranguejos. Questionados sobre a comercialização das fêmeas, responderam que ninguém compra fêmeas, pois os machos são maiores, enquanto as fêmeas são menores. Também foram questionados sobre o tempo que os caranguejos ficam presos no laço, respondendo que geralmente é até dois dias, e que, se não forem retirados nesse período, eles acabam morrendo. Segundo os estudantes, o tirador de caranguejos consegue distinguir machos e fêmeas e libera as últimas.

Diante do problema identificado, foi lembrada a ideia de desenvolver um laço biodegradável. Uma estudante, motivada, mencionou que estava trabalhando nessa ideia com outra professora, utilizando a fibra extraída da bananeira como material para a construção do laço. Foi discutida a importância de conhecer o problema para pensar em soluções apropriadas. A estudante destacou que, para ela, o problema principal era o plástico e que um material biodegradável poderia resolver essa questão. Foi também citado que há uma resolução que proíbe armadilhas para a captura de caranguejos. A estudante questionou: "As redes não seriam armadilhas?". Esclareceu-se que a resolução trata especificamente da captura de caranguejos, e trás a definição específica do que é permitido utilizar na prática da captura.

Ao final da roda de conversa, foi mencionado que o trabalho desenvolvido pelos estudantes iria compor parte do meu trabalho de mestrado. Eles demonstraram felicidade com a notícia. Ressaltei que não seriam utilizadas fotos tampouco nomes que identificasse cada envolvido no processo, citei que, ao concluir o trabalho, compartilharia os resultados com eles para que também se reconhecessem e se vissem como parte importante no processo. Percebeu-se um grande interesse por parte dos estudantes em poder ver o resultado final do trabalho.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, R. M. V. S. L.; FARIAS, E. M. N. do; MAIA, R. C. Educação Ambiental para o ecossistema manguezal: o papel dos pescadores artesanais. **Conex. Ci. e Tecnol.**, Fortaleza, v. 9, n. 3, p. 41- 50, nov. 2020.

ANDREOLI, V. M; **A Educação Ambiental no contexto dos colégios estaduais da Ilha do Mel/PR: currículo, ação docente e desenvolvimento comunitário local.** 2016. 370 f. Tese (Doutorado em Educação) – Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/xmlui/bitstream/handle/1884/46452/R%20-%20T%20-%20VANESSA%20MARION%20ANDREOLI.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 08/08/2024

ARRUDA, Rinaldo. **Populações tradicionais e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação.** **Ambiente & Sociedade, Campinas, v. 5, n. 2, p. 85, 1999.** Disponível em: <https://www.scielo.br/j/asoc/a/RfgDyLnkxRnFNqQcWTR6bQG/?format=pdf&lang=pt> . Acesso em: 30/07/2024

BRASIL. **Codigo Brasiliense, ou, Collecção das leis, alvarás, decretos, cartas regias &c., promulgadas no Brasil desde a feliz chegada do Principe Regente N. S. a estes Estados:** com hum indice chronologico. Tomo I. Rio de Janeiro: Impressao Regia, 1814.

PARANÁ. **Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos. Plano de Gestão Ambiental da Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba.** Curitiba: SEMA, 1995.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 12 set. 2022.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. ConservaçãoSecretaria de Biodiversidade e Florestas. Departamento de Áreas Protegidas. **Pilares para a sustentabilidade financeira do Sistema Nacional de Unidades de Conservação.** Brasília: MMA, 2009. (Áreas Protegidas do Brasil, 7). Disponível em: https://antigo.mma.gov.br/estruturas/sbf2008_dap/_publicacao/149_publicacao16122010113443.pdf. Acesso em: 15/08/2024

BRASIL. **Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012.** Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm. Acesso em: 12 set. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 10.088, de 5 de novembro de 2019.** Consolida atos normativos editados pelo Poder Executivo Federal que dispõem sobre a promulgação de convenções e recomendações da Organização Internacional do Trabalho – OIT ratificadas pela República Federativa do Brasil. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D10088.htm#art.

Acesso em: 12 set. 2022.

DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

FUNDAÇÃO O BOTICÁRIO DE PROTEÇÃO À NATUREZA. **Plano de Manejo da Reserva Natural Salto Morato**. Curitiba, 2001.

GUARIDO, Thiago. **O “redescobrimento” do Superagui**. 2005. 72 f. Monografia (Bacharelado em Geografia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. **Plano de Gestão Ambiental da APA de Guaraqueçaba**. Curitiba: Ibama, 1995.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. **Plano de Manejo do Parque Nacional do Superagui**. Curitiba: ICMBIO, 2020.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Diagnóstico Ambiental da APA de Guaraqueçaba**. Curitiba: Ipardes, 1995.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Zoneamento da APA de Guaraqueçaba**. Curitiba: Ipardes, 2001.

LIMA, G. V.; SUTIL, F. S.; SILVA-FILHO, G.; TEIXEIRA, C. C. L. Ecossistema manguezal: vivências de Educação Ambiental no município de Piúma (ES). **Revbea**, São Paulo, v. 15, n. 3, p. 179-196, 2020.

MEDEIROS, R. Evolução das tipologias e categorias de áreas protegidas no Brasil. **Ambiente & Sociedade**, v. 4, n. 1, p. 41-64, jan./jun. 2006.

MEIRELES, A. J. de A.; REIS-NETO, A. S, dos. Experiência de Educação Ambiental em áreas de manguezal: buscando a superação da dicotomia sociedade/natureza no rio Ceará, Brasil. *In*: MATOS, K. S. A. L. de (Org.). **Educação Ambiental e Sustentabilidade IV**. Fortaleza: UFC, 2013.

MOURA-FÉ, M. M.; ALBUQUERQUE, A. G. B. M.; FREITAS, E. M. N.; BARBOSA, W. R. A Proteção do Ecossistema Manguezal pela Legislação Ambiental Brasileira. **GEOgraphia**, v. 17, n. 33, p. 126-153, 16 maio 2015. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13700>. Acesso em: 12/09/2024

NANNI, H. C.; NANNI, S. M; SEGNINI, R. C. A importância dos manguezais para o equilíbrio ambiental. *In*: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE CIENCIAS INTEGRADAS DA UNAERP, 2., 2005, Guarujá. **Anais** [...]. Guarujá: Unaerp, 2005. p. xx-xx. Disponível em: <https://www.unaerp.br/documentos/904-a-importancia-dos-manguezais-para-o-equilibrio-ambiental/file>. Acesso em: 23/10/2024

SANTOS, Hevely Catharine dos Anjos dos *et al.* Concepções de Educação Ambiental acerca da importância dos manguezais numa escola estadual em Aracaju - SE. *In*: ENCONTRO PESQUISA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL, 10., 2019, São

Cristóvão. ENCONTRO SERGIPANO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL, 7., 2019, São Cristóvão. p. 1-10. **Anais** [...]. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2019. Disponível em: http://epea.tmp.br/epea2019_anais/pdfs/plenary/0232-1-B-01.pdf. Acesso em: 15/11/2024

SANTOS FILHO, Altair Oliveira; RAMOS, José Marçal; OLIVEIRA, Krysia; NASCIMENTO., Tany Nascimento. A evolução do código florestal brasileiro. **Caderno de Graduação - Ciências Humanas e Sociais - UNIT - SERGIPE**, [S. l.], v. 2, n. 3, p. 271–290, 2015. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/cadernohumanas/article/view/2019>. Acesso em: 18/11/2024

SCHRAM, Sandra Cristina; CARVALHO, Marco Antonio Batista. **O pensar educação em Paulo Freire** – Para uma Pedagogia de mudanças. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/852-2.pdf>. Acesso em: 11/12/2024

TEIXEIRA, Nágila Fernanda Furtado; MOURA, Pedro Edson Face; MEIRELES, Antônio Jeovah de Andrade. Educação Ambiental em área de manguezal para o desenvolvimento sustentável e comunitário. **Ambiente & Educação: Revista de Educação Ambiental**, [S. l.], v. 21, n. 2, p. 176-187, 2016. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/ambeduc/article/view/6401>. Acesso em: 16/08/2024

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 42. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

TIENGO, R. de P. **Manguezais sob uma perspectiva social e econômica: percepção ambiental dos serviços ecossistêmicos presentes na Ilha das Caieiras, Vitória, ES**. 2017. 67 f. Monografia (Bacharelado em Geografia) – Centro De Ciências Humanas E Naturais, Departamento De Geografia, Universidade Federal Do Espírito Santo, Vitória, 2017. Disponível em: <https://geo.ufes.br/sites/geografia.ufes.br/files/field/anexo/tiengo.pdf>. Acesso em: 23/09/2024

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Indignação: Cartas Pedagógicas e Outros Escritos*. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

PARANÁ. Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba. Curitiba: SEMA, 1995. p. 5.

ANEXO I – FÔLDER PRODUZIDO PELOS ESTUDANTES SOBRE PESCADOR ARTESANAL E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Pescador Artesanal e Unidade de Conservação - APA

Preservação da Flora

É uma das últimas áreas representativas da Floresta Pluvial Atlântica, reunindo espécies ameaçadas de extinção, sítios arqueológicos, complexo estuarino da baía de Paranaguá, Guaracueçaba e comunidades caiçaras localizadas na região.

Vegetação (Itama): Reune cerca de 100.000 ha contínuos de Floresta Atlântica, restingas e uma das maiores concentrações de manguezais totalmente preservados do país.

Floresta Ombrófila Densa Montana e Alto-montana ocupa 166.601,00 ha (52,90%).

Floresta Ombrófila Densa de Planície Fluvial e Restinga ocupa 90.299,16 ha (28,68%).

Manguezais ocupam 18.127,04 ha (5,76%).

Porção Estuário-lagunar ocupa 39.858,21 ha (13,66%).

Preservar é promover a sustentabilidade que é a capacidade de realizar o uso consciente dos recursos naturais sem comprometer o bem-estar das gerações futuras. Seu objetivo principal é encontrar o equilíbrio entre o desenvolvimento social e econômico promovendo a preservação ambiental.

REFERÊNCIAS

<http://www.meioambiente.gov.br/meio-ambiente-e-natureza/HACINAD/conservacao-e-unidades-de-conservacao/HACINAD.html>

<http://www.meioambiente.gov.br/biblioteca-informacoes/meio-ambiente/unidades-de-conservacao/HACINAD/HACINAD%20-%20grupos-de-unidades-de-conservacao/HACINAD.html>

http://www.wikipedia.org/wiki/MCHNstna_zo_Prote%C3%A7%C3%A3o_Ambiental_da_Gua%C3%A7aba

http://anvisa.ambienvia.gov.br/viva/2011/12/0/nkxvdxr2S_83.pdf

<http://www.trilce.org.br/proposito-que-o-periodo-de-defeso>

<http://lacsocioambiental.org/lps-brasil/p97/>

<http://www.portaldaeduca.com.br/adaptar-diversidade-sustentabilidade/>

<https://www.google.com/maps/place/Illa+Rasa+paranagu%C3%A1/@-25.915,-47.556,15t/data=!3m1!1e3!3m1!1s-4883w-55ved=2ahUKEwi9H4-GCwJLChYBFAQjAUSwKEDCAg>

<http://www.cema.com>

Para saber mais sobre as Unidades de Conservação, APA de Guaracueçaba e Período de Defeso acesse o QR Code.

Realizado pelos estudantes do 3º ano E.F. do C.E.C. Ilha Rasa

PESCADOR Artesanal

e as Unidades de Conservação

A Ilha Rasa faz parte de uma Unidade de Conservação denominada APA (Área de Proteção Ambiental). A APA de Guaracueçaba.

A Área de Proteção Ambiental de Guaracueçaba (APA de Guaracueçaba) foi criada em janeiro de 1985, e está toda inserida nas Reservas da Biosfera do Vale do Ribeira e da Serra da Graciosa e faz parte da maior área contínua de remanescentes de Mata Atlântica.

Áreas de Proteção Ambiental – APAs são uma instituição de direito ambiental criada pela Lei nº 6.902, de 27/04/81 e mantida na Lei nº 9.985, de 18/07/2000 que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, a sistemática as diversas áreas protegidas definidas em diversos diplomas legais anteriores.

A APA insere-se entre as Unidades de Conservação de Uso Sustentável o que significa que não são de domínio público e nela podem ser exercidas atividades econômicas, obedecendo restrições especiais estabelecidas para proteger e conservar recursos ambientais que justificam sua instituição.

A Área de Proteção Ambiental é uma área em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais.

O que é uma Unidade de Conservação?

As unidades de conservação (UC) são áreas territoriais, incluindo seus recursos ambientais, com características naturais relevantes, criadas e protegidas pelo Poder Público com objetivos de conservação. Elas contribuem para a conservação de espécies e atividades educativas que visem à sensibilização ambiental.

CATEGORIAS DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO LEI Nº 9.985, DE 18 DE JULHO DE 2000

As unidades de conservação dividem-se em dois grupos, com características específicas:

- I - Unidades de Proteção Integral;
- II - Unidades de Uso Sustentável.

O objetivo básico das *Unidades de Proteção Integral* é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos nesta Lei.

O objetivo básico das *Unidades de Uso Sustentável* é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais.

Pescador Artesanal e Unidade de Conservação - APA

Preservação da Fauna O Período de Defeso

O período de defeso é um período onde espécies de origem marinha, lacustre ou fluvial são impedidas de serem capturadas ou pescadas.

O principal objetivo gira em torno de preservar as épocas reprodutivas de cada espécie. Por esse motivo, o período de defeso é individual e será tratado de forma diferente em cada local do país, variando por espécie e por período do ano.

A tentativa de controlar o estoque pesqueiro é extremamente útil, pois, desta forma, as espécies possuem tempo suficiente para recompor o número de indivíduos adultos na população, antes que haja a próxima temporada de captura ou pesca.